

**Manual de Relacionamento das Farmácias da Região
Autónoma da Madeira (RAM) com o Centro de
Conferência de Faturas do Serviço Regional de Saúde
da RAM
CCF do SRS-Madeira**

Janeiro de 2016

V 1.0

Fonte: Manual de Relacionamento das Farmácias com o Centro de Conferência de Faturas do SNS da responsabilidade da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS)

ÍNDICE

ÍNDICE	2
1. INTRODUÇÃO	4
2. RELACIONAMENTO DO CENTRO DE CONFERÊNCIA COM AS FARMÁCIAS DA RAM	6
4. PORTAL NA INTERNET: WWW.CCF.IASUDE.PT OU HTTPS://WWW.CCF.MIN-SAÚDE.PT	7
3. CALENDÁRIO DE CONFERÊNCIA	9
4. ENVIO DA INFORMAÇÃO PARA O CENTRO DE CONFERÊNCIA	13
4.1. Introdução	13
4.2. Qual a informação a enviar?	13
4.2.1. <i>Fatura</i>	15
4.2.2. <i>Nota de Débito ou de Crédito</i>	18
4.2.3. <i>Relação Resumo de Lotes</i>	19
4.2.4. <i>Verbetes de Identificação de Lote</i>	21
4.2.5. <i>Receitas Médicas</i>	23
A – IDENTIFICAÇÃO DO UTENTE.....	26
B – TIPO DE RECEITA.....	27
C – IDENTIFICAÇÃO DO MÉDICO PRESCRITOR E DO LOCAL DE PRESCRIÇÃO	27
D – IDENTIFICAÇÃO DOS MEDICAMENTOS PRESCRITOS	29
F – INFORMAÇÃO DA PRESTAÇÃO.....	31
4.3. Quais os procedimentos associados ao envio da documentação?	35
5. REGRAS DE CONFERÊNCIA.....	37
5.1. Introdução	37
5.2. Organização e Estrutura da Informação Enviada.....	39
5.2.1. <i>Formato Papel e Organização</i>	39
5.3. Receitas Médicas	48
6. RETIFICAÇÕES	64

6.1. Comunicação de Erros e Diferenças	64
6.2. Reclamações	65
6.2.1. <i>Formulário de Reclamação</i>	66
6.2.2. <i>Análise da Reclamação</i>	69
7. ANEXOS	71
7.1. Termo de Adesão ao Portal do Centro de Conferência de Faturas	71
7.2. Lista de Erros e Diferenças	72
7.3. Especificações Técnicas do Código de Barras Bidimensional	79
7.3.1. <i>Fatura</i>	79
7.3.2. <i>Nota de Crédito/Débito</i>	82
7.3.3. <i>Verbetes de Identificação de Lote</i>	83
7.3.4. <i>Dispensa de Medicamentos</i>	89
7.4. Identificação do IASAÚDE	91

1. Introdução

A conferência de faturas de Medicamentos e de outras prestações complementares a utentes é uma atividade fundamental para o controlo da despesa do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira (SRS-Madeira).

Neste contexto, surgiu a possibilidade de contratar os serviços do Centro de Conferência de Faturas (CCF) do SNS, com o objetivo de centralizar a nível nacional a conferência de faturas para pagamento pelo SRS-Madeira.

Com a contratação dos serviços do CCF do SNS surge assim o **CCF do SRS-Madeira**, que pretende generalizar a prescrição eletrónica, promovendo a desmaterialização do processo de prescrição e de conferência de faturas, do qual resultam diversos benefícios para o SRS-Madeira, prestadores e utentes, dos quais se destacam:

- A **conferência atempada** das faturas apresentadas;
- A **redução dos erros** de prescrição;
- A **redução de gastos** com Medicamentos e a restantes áreas de prescrição;
- A **redução dos custos de operação** inerentes ao processo de conferência de faturas do SRS-Madeira;
- A **agilização e uniformização dos procedimentos de conferência**.

No caso concreto das Farmácias, aos benefícios anteriormente referidos há ainda outros de relevo a acrescentar, nomeadamente:

- Uma maior clarificação das regras de conferência aplicáveis;
- A garantia de procedimentos de receção de documentação, conferência e pagamento uniformes em todo o País;
- A visualização *on-line* do estado dos seus processos de conferência.

A concretização dos desideratos acima referidos implica, pois, o estabelecimento de um conjunto de regras que permitam uniformizar e agilizar os procedimentos de conferência.

No contexto da conferência de medicamentos compartilhados pelo SRS-Madeira, é importante a clarificação do relacionamento do Centro com as Farmácias, bem como das regras de conferência que serão aplicadas e que fazem parte da legislação relacionada.

É assim objetivo do presente documento constituir-se como um manual de procedimentos no que respeita ao relacionamento das Farmácias da Região Autónoma da Madeira (RAM)

com o Centro de Conferência de Faturas (CCF) do SRS-Madeira.

Pretendeu-se conceber um documento que facilitasse o seu manuseamento por parte das Farmácias, seguindo, de forma articulada, a sequência de fases que constituem ciclo prescrição-prestação-conferência. Neste sentido, o próximo capítulo apresenta os canais que serão disponibilizados às Farmácias para comunicação com o CCF do SRS-Madeira, nomeadamente o seu endereço postal, horários de funcionamento (expediente e atendimento ao público), endereço eletrónico do seu Portal e contacto telefónico da sua Linha de Apoio.

Segue-se o capítulo de apresentação do calendário a respeitar pelas Farmácias no que respeita ao envio da documentação e dos prazos definidos para a disponibilização dos resultados de conferência pelo CCF do SRS-Madeira.

Independentemente da forma de envio da documentação, encontra-se definido um conjunto de procedimentos de preparação e envio da documentação a considerar pela Farmácia e que se detalha no capítulo 4. Neste âmbito apresentam-se os documentos aceites para conferência e as regras para o seu preenchimento.

Em alinhamento com o apresentado, segue o capítulo 5 com a explicitação das regras de conferência a aplicar à documentação enviada pela Farmácia. Para cada uma das regras identificadas é atribuído um código de erro para os casos de verificação do seu incumprimento. Neste sentido, dedica-se um último capítulo à apresentação dos procedimentos a adotar caso haja lugar à regularização da faturação apresentada.

Esta versão do documento entra em vigor a 01 de janeiro de 2016, aplicando-se às faturas emitidas e conferidas a partir dessa data.

Tratando-se da continuação do projeto da Prescrição Eletrónica, este irá causar profundas mudanças nas regras e procedimentos do circuito de prescrição, dispensa, faturação e conferência, foi definido um período transitório de adaptação entre 1 de janeiro de 2016 e 29 de fevereiro de 2016, para todos os intervenientes, altura em que será atualizado o presente Manual.

Por forma a garantir uma transição que não ponha em causa o normal funcionamento do circuito do receituário e o acesso ao medicamento pelos utentes, o impacto das novas regras e procedimentos constantes deste manual, será monitorizado e analisado periodicamente.

Este trabalho será desenvolvido no âmbito de comissões paritárias, previstas nos acordos em vigor, e de grupos de trabalhos com o IASAÚDE e as farmácias ou associações que as representem.

2. Relacionamento do Centro de Conferência com as Farmácias da RAM

O Centro de Conferência de Faturas do SRS-Madeira (CCF do SRS-Madeira), no âmbito da sua atividade, relaciona-se estreitamente com as Farmácias da RAM, nomeadamente para os seguintes efeitos:

- **Disponibilização de informação útil** para o processo de faturação das Farmácias da RAM (por exemplo legislação e normas aplicáveis);
- **Receção da informação de faturação**, quer esta seja enviada em formato papel ou em formato eletrónico, referente aos medicamentos comparticipados dispensados;
- **Disponibilização dos resultados de conferência**, nomeadamente valores de comparticipação apurados, erros e diferenças identificados e justificação das retificações efetuadas;
- **Apoio e esclarecimento de dúvidas** referentes ao processo de conferência das suas faturas.

Por forma a possibilitar a comunicação do Centro de Conferência com as Farmácias da RAM, encontram-se disponíveis os seguintes canais:

1. *Morada para expediente:*

- IASAÚDE – Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM
Rua das Pretas, 1
9004-515 Funchal
- CCF do SRS-Madeira – Centro de Conferência de Faturas do SRS-Madeira
Rua de Joaquim Dias Rocha, nº 170
Zona Industrial da Maia I, Sector X
4470-211 Maia.

A faturação mensal e respetiva documentação de suporte devem ser entregues diretamente nas instalações do IASAÚDE ou CCF do SRS-Madeira, em conformidade com o capítulo 3. O horário de expediente para receção da documentação física é entre as 09:00h e as 17:30h de dias úteis no IASAÚDE e entre as 09:00h e as 18:00h de dias úteis no CCF do SRS-Madeira (Maia).

2. Linha de Apoio: 00351 221 200 140

O número de contacto telefónico encontra-se disponível nos dias úteis, entre as 8:00h e as 20:00h, para efeitos de esclarecimento de dúvidas e para submissão de solicitações e/ou sugestões no âmbito do processo de conferência da faturação mensal.

3. E-mail:

O Centro de Conferência dispõe de dois endereços de *e-mail* de relacionamento a considerar pela Farmácia:

- info@ccf.min-saude.pt, para o qual podem ser enviadas solicitações, pedidos de esclarecimento e sugestões;
- reclamacoes@ccf.min-saude.pt, para o qual devem ser encaminhadas as reclamações (segundo o disposto no capítulo 6.2.);

Neste sentido, e para que o Centro possa efetuar o reconhecimento da autenticidade das mensagens enviadas pelas Farmácias, solicita-se que após a receção dos dados de acesso ao portal (conforme explicitado seguidamente), **a Farmácia proceda ao registo do endereço eletrónico que pretende considerar como oficial nos contactos a estabelecer com o CCF do SRS-Madeira, na área reservada para esse efeito no portal.**

4. Portal na Internet: <http://ccf.iasaude.pt> ou <https://www.ccf.min-saude.pt>

O contacto com o CCF do SRS-Madeira também se pode efetuar através dum portal na Internet. O portal apresenta uma área pública, acessível pelo público em geral, onde é disponibilizada informação genérica de legislação e atividade do Centro, e uma área reservada a cada Farmácia.

O processo de adesão inicia-se com o envio das credenciais de utilizador e da respetiva palavra-passe por correio, pelo CCF do SRS-Madeira, para a morada do prestador, constantes dos registos do Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM). Através destes dados, a Farmácia poderá aceder e registar-se no Portal, formalizando este registo através da aceitação de um termo de adesão ao Portal do Centro de Conferência de Faturas (o *template* deste termo consta do Anexo 7.1.). A partir desta aceitação, a Farmácia poderá aceder livremente à sua área reservada.

Na sua área reservada, a Farmácia poderá, nomeadamente:

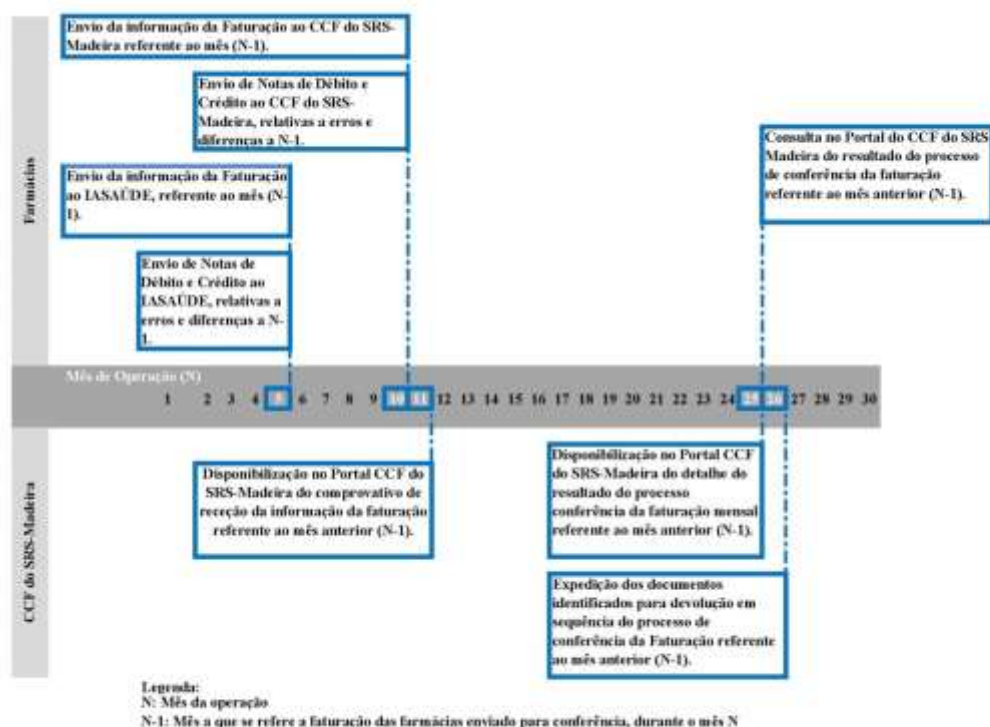
- Consultar o estado da conferência das faturas enviadas e respetivos resultados (nomeadamente não conformidades e valores apurados);
- Visualizar e fazer *download* do comprovativo da receção da informação de faturação pelo Centro (fatura digitalizada assinada digitalmente);
- Visualizar o histórico dos contactos mantidos com o CCF do SRS-Madeira através de todos os canais de relacionamento e a indicação do respetivo estado;
- Submeter reclamações sobre o resultado de conferência das suas faturas;
- Efetuar o registo do endereço eletrónico que pretende considerar como oficial nos contactos a estabelecer com o CCF do SRS-Madeira;

Importa referir que estas funcionalidades (nomeadamente as funcionalidades de consulta) substituem o envio de informação equivalente através de correio, no entanto não condicionam o envio às Farmácias, por este meio, de receitas ou de outros documentos identificados para devolução na sequência do processo da faturação mensal, que se continuará a processar nos termos detalhados nos capítulos 5 e 6.

Do conjunto de canais de comunicação disponíveis, **privilegia-se a utilização do Portal do CCF do SRS-Madeira como canal preferencial nos contactos a estabelecer com as Farmácias**, por promover, por um lado, a desmaterialização do processo de conferência e, por outro, por se tratar do meio de comunicação com maior garantia de segurança, privacidade e autenticidade no acesso à informação transacionada (por exemplo, comparativamente ao telefone e ao correio convencional) e que maior disponibilidade oferece aos prestadores, uma vez que pode ser acedido a qualquer hora, sem obrigatoriedade de restrição aos horários de expediente ou funcionamento da linha de apoio telefónico do CCF.

3. Calendário de Conferência

O calendário a respeitar pelas Farmácias da RAM e pelo Centro de Conferência encontra-se seguidamente identificado e explicitado:



Calendário do Ciclo de Conferência de Receituário Médico

Nota: de acordo com o n.º 4 do art.º 8.º da portaria 223/2015 de 27 de julho, adaptado à Região pela portaria 411/2015 de 30 de dezembro, da Secretaria Regional da Saúde a comunicação dos resultados ocorre no dia 25 ou até aos cinco dias úteis seguintes.

A Farmácia poderá enviar a informação da faturação ao CCF do SRS-Madeira, através de uma das seguintes formas:

Dia 5 do Mês N – Envio da informação de faturação (Farmácias/IASAÚDE)

Corresponde à data limite para receção, pelo IASAÚDE, da informação de faturação respeitante a receituário médico, referente ao mês anterior (N-1). Neste sentido as Farmácias terão de garantir que, independentemente da forma de envio utilizada, o registo

de entrada da informação respeitante ao mês anterior (N-1) ocorre no IASAÚDE até ao dia 5. Caso o dia 5 ocorra ao fim de semana ou dia feriado, a receção tem como data limite o dia útil seguinte.

Ou

Dia 10 do Mês N – Envio da informação de faturação (Farmácias/CCF do SRS-Madeira)

Corresponde à data limite para receção, pelo CCF do SRS-Madeira, da informação de faturação respeitante a receituário médico, referente ao mês anterior (N-1). Neste sentido as Farmácias terão de garantir que, independentemente da forma de envio utilizada, o registo de entrada da informação respeitante ao mês anterior (N-1) ocorre no CCF do SRS-MAdeira até ao dia 10. Caso o dia 10 ocorra ao fim de semana ou dia feriado, a receção tem como data limite o dia útil seguinte. Para este efeito dever-se-á ter em conta o feriado municipal da Maia, que ocorre na segunda-feira seguinte ao segundo domingo de julho.

Refira-se que caso a receção da informação de faturação (em formato papel e ficheiro, no caso dos Aderentes ao Acordo) seja registada após a data/hora limite definida, esta será processada apenas no ciclo de conferência seguinte, ou seja, no próximo mês (N+1).

Excecionalmente, existindo problemas de transporte por motivos decorrentes de condições climatéricas de força maior, a informação de faturação pode ser aceite, desde que seja devidamente justificada pela farmácia a ocorrência de força maior. A decisão de aceitação será tomada pelo IASAÚDE considerando a justificação apresentada e a data em que os documentos sejam entregues.

Dia 11 do Mês N – Disponibilização de comprovativo de receção

O comprovativo de entrada de fatura conforme para conferência será disponibilizado na área reservada do Portal, até ao dia 11, através da exposição da imagem da fatura entregue, assinada digitalmente pelo CCF do SRS-Madeira (no caso de faturas físicas). Caso o dia 11 ocorra ao fim de semana ou dia feriado, a disponibilização do comprovativo tem como data limite o dia útil seguinte.

Caso o dia 5 ou dia 10 ocorra ao fim de semana ou dia feriado, a disponibilização do comprovativo tem como data limite o dia útil seguinte ao da data limite para a receção da informação de faturação.

Para efeitos de apuramento de dias úteis, dever-se-á ter em conta o feriado municipal da Maia, que ocorre na segunda-feira seguinte ao segundo domingo de julho.

Note-se que a fatura apenas será aceite para conferência caso a documentação física correspondente também seja rececionada pelo CCF do SRS-Madeira dentro do prazo que se encontra definido.

Dia 25 do Mês N – Disponibilização dos resultados do processo de conferência

O processo de conferência decorre no CCF do SRS-Madeira desde a entrada da informação de faturação (no dia 10 do mês N) até ao dia 25 desse mês. Neste dia¹ disponibilizam-se às Farmácias, através do Portal, os erros e diferenças identificados, com referência à respetiva fatura e apresentação da justificação das retificações realizadas. Se a irregularidade identificada for referente a um documento enviado em papel, poderá ainda ser visualizada a imagem do mesmo (por exemplo, uma receita).

Caso o dia 25 ocorra ao fim de semana ou dia feriado, a disponibilização dos resultados do processo de conferência tem como data limite o dia útil seguinte.

Com base nesta informação, a Farmácia deverá proceder à emissão da respetiva nota de crédito ou débito regularizadora.

Dia 26 do Mês N – Envio da documentação identificada para devolução

O resultado do processo de conferência será disponibilizado no portal do CCF do SRS-Madeira na área reservada de cada prestador, mediante a disponibilização dum ofício que incluirá a indicação dos erros e diferenças, e respetivas justificações para as retificações efetuadas, sempre que estes se verifiquem.

Todos os documentos que apresentem a possibilidade de correção são devolvidos conforme explicitado nos capítulos 5 e 6.

Caso o dia 26 ocorra ao fim de semana ou dia feriado, o envio do resultado do processo de conferência e da documentação identificada para devolução ocorrerá no dia útil seguinte.

Para efeitos de apuramento de dias úteis, dever-se-á ter em conta o feriado municipal do Funchal, que ocorre no dia 21 de agosto e do feriado municipal da Maia, que ocorre na segunda-feira seguinte ao segundo domingo de julho.

Com base nesta informação, a Farmácia deverá proceder à emissão da respetiva nota de crédito ou débito regularizadora.

¹ De acordo com o n.º 4 do art.º 8º da portaria 223/2015 de 27 de julho, adaptado à Região pela portaria 411/2015 de 30 de dezembro, da Secretaria Regional da Saúde, a comunicação dos resultados ocorre no dia 25 ou até aos cinco dias úteis seguintes.

A Farmácia envia a informação das notas de débito ou crédito ao CCF do SRS-Madeira, através de uma das seguintes formas:

Dia 5 do mês seguinte (N+1) (Farmácia/IASAÚDE)

A Farmácia deverá remeter ao IASAÚDE, até ao dia 5 a nota de débito ou crédito regularizadora dos erros e diferenças identificados pelo CCF do SRS-Madeira. A forma de envio destes documentos é idêntica à preconizada para a fatura. O envio deste documento é independente da decisão da farmácia apresentar uma reclamação sobre as retificações solicitadas.

Ou

Dia 10 do mês seguinte (N+1) (Farmácia/CCF do SRS-Madeira)

A Farmácia deverá remeter até ao dia 10 a nota de débito ou crédito regularizadora dos erros e diferenças identificados pelo CCF do SRS-Madeira. A forma de envio destes documentos é idêntica à preconizada para a fatura. O envio deste documento é independente da decisão da farmácia apresentar uma reclamação sobre as retificações solicitadas.

A responsabilidade do CCF do SRS-Madeira está adstrita à conferência de faturas e ao apuramento dos montantes a pagar às Farmácias pelo IASAÚDE.

Receituário sinistrado

- A liquidação de receituário sinistrado, quando tal situação ocorra nos armazéns ou dependências utilizadas pelo transportador da responsabilidade das Farmácias, é garantida, após 90 dias da data de comunicação do sinistro, mediante a apresentação dos quadruplicados das relações-resumo de lotes e das faturas mensais arquivadas pelas farmácias.

Quando recuperado o receituário sinistrado a farmácia deverá enviá-lo ao CCF do SRS-Madeira para que seja objeto de posterior conferência segundo as regras em vigor.


- Caso o receituário seja sinistrado durante a operação de transporte pelo CCF do SRS-Madeira, o seu pagamento é garantido, mediante a apresentação dos quadruplicados das relações-resumo de lotes e das faturas mensais arquivadas pelas farmácias.

4. Envio da Informação para o Centro de Conferência

4.1. Introdução

O presente capítulo tem como objetivo apresentar a informação a enviar mensalmente pelas Farmácias para o CCF do SRS-Madeira para efeitos de faturação, bem como as respetivas regras de preenchimento.

As Farmácias terão de enviar as receitas médicas que suportam a fatura de acordo com a organização definida no presente manual. A documentação enviada para o CCF do SRS-Madeira (em conformidade com o capítulo 3) deverá ser acondicionada em volumes devidamente identificados mediante a colocação de uma etiqueta identificativa no exterior de cada volume. A etiqueta deve conter o código INFARMED da Farmácia e o número do volume face ao total de volumes expedidos (exemplo: 1/2 significa que é o primeiro volume de um total de dois enviados). Sugere-se que esta etiqueta seja gerada através de funcionalidade desenvolvida para o efeito e disponível na área reservada da Farmácia no portal do CCF do SRS-Madeira.

Nota: As caixas de texto identificadas com o símbolo  correspondem a boas práticas recomendadas, com vista à uniformização de procedimentos.

4.2. Qual a informação a enviar?

A informação enviada pela Farmácia para efeitos de faturação, em formato papel, é composta por:

- Fatura (em duplicado);
- Notas de débito/crédito (em duplicado);
- Relação resumo de lotes;
- Verbetes de identificação de lotes;
- Receitas médicas.

Estes devem ser os únicos documentos em papel a enviar para o CCF do SRS-Madeira pela Farmácia. Caso a Farmácia envie outra documentação, a mesma será ignorada, e não será devolvida pelo CCF do SRS-Madeira ao Prestador. As Farmácias terão de enviar esta documentação até ao dia 5 para o IASAÚDE ou até ao dia 10 para o CCF do SRS-Madeira (em conformidade com o capítulo 3) do mês seguinte a que esta respeita, para que a sua conferência e pagamento sejam assegurados nos prazos referidos no capítulo 3. Tal como já referido anteriormente, caso o dia 5 ou dia 10 ocorra ao fim de semana ou dia feriado, a receção tem como data limite o dia útil seguinte. Para este efeito deverá ter-se em conta o feriado municipal do Funchal, que ocorre em 21 de agosto ou o feriado municipal da Maia, que ocorre na segunda-feira seguinte ao segundo domingo de julho.

As receitas médicas têm de ser entregues organizadas em lotes, contendo cada lote no máximo 30 receitas, agrupadas de acordo com o tipo a que pertencem, sendo que são aceites os seguintes tipos:

Código	Tipo de Lote
10	Normal
11	Doenças Profissionais
12	Paramiloidose
13	Lúpus, Hemofilia, Talassemia e Depranocitose
15	Pensionistas
16	Pensionistas com regulamentação própria
17	Convenções bilaterais/Acordos internacionais
18	Normal e Convenções bilaterais/Acordos internacionais com regulamentação própria
19	Manipulados e Produtos Dietéticos (normais, pensionistas e Convenções bilaterais/Acordos internacionais)
23	Produtos de autocontrolo da Diabetes

Adicionalmente, e caso haja lugar a correções detetadas e comunicadas na sequência do processo de conferência do mês anterior, as Farmácias terão de enviar uma nota de débito ou crédito com vista à retificação da Fatura a corrigir².

² Apenas são aceites notas de débito e de crédito referentes a faturas conferidas no CCF do SRS-Madeira.

Os documentos devolvidos em consequência das irregularidades detetadas no processo de conferência do mês anterior, e que tenham sido corrigidos, são incluídos nos lotes respetivos do mês seguinte, para nova conferência.

As próximas secções irão explicar, em detalhe, qual a informação que terá de constar em cada um dos seguintes documentos:

- Fatura;
- Nota de débito ou de crédito;
- Relação resumo de lotes;
- Verbete de identificação de lote;
- Receita Médica.

O incumprimento destas diretrizes resultará na não-aceitação ou na devolução destes documentos à Farmácia para correção (conforme se explicitará detalhadamente nos capítulos 5 e 6).

4.2.1. Fatura

Este documento deverá estar de acordo com a legislação aplicável, bem como de acordo com o CIVA³. Assim, deverá conter a seguinte informação:

1. Identificação da entidade adquirente, de acordo com o CIVA, e que terá de corresponder ao IASAÚDE;
2. Nome e código da Farmácia (número de código atribuído pelo INFARMED);
3. Número da fatura;
4. Data da fatura;
5. Mês de Prestação dos Serviços – deverá conter expressamente a menção: “Faturação das dispensas de medicamentos no mês mm / aaaa”;
6. Indicação de fatura “Original” e “Duplicado”;
7. Número de identificação fiscal da Farmácia;
8. Total do número de lotes;
9. Total do número de lotes, por tipo e código;

³ Código do IVA.

10. Importância total, por tipo e código de lote, correspondente ao PVP;
11. Importância total, por tipo e código de lote, paga pelos utentes;
12. Importância total, por tipo e código de lote, a pagar pelo SRS-Madeira;
13. Importância total do PVP;
14. Importância total paga pelos utentes;
15. Importância total a pagar pelo SRS-Madeira;
16. Valor de Incidência (Valor Sem IVA);
17. Valor de IVA;
18. Os quatro caracteres do extrato do hash;
19. Número de programa certificado.

As Farmácias devem apresentar a informação dos pontos de 1 a 19 em código de barras bidimensional, sendo que nestes casos o conteúdo deste código se sobrepõe à informação alfanumérica do documento (no anexo 7.3. encontram-se as especificações técnicas do conteúdo do código de barras).

Para qualquer efeito uma fatura só será reconhecida como entregue e aceite, desde que validada com selo e respetiva assinatura digital do CCF do SRS-Madeira.

A imagem seguinte exhibe um modelo exemplificativo de fatura física mensal, corretamente preenchido com toda a informação que é exigida. Não é obrigatória a adoção do modelo apresentado. No entanto é condição para a sua aceitação que a fatura mensal contenha os elementos identificados e pela ordem anteriormente apresentada e numa única página A4.



Faturação das dispensas de medicamentos no mês 10/2015

ORIGINAL

FATURA Nº 123456789
DATA: 31-10-2015

Farmácia da RAM
Estrada da RAM, 123
Funchal
9000-000 Funchal

Entidade: IASAUDE, IP-RAM

Sede Social: IASAUDE, IP-RAM
Rua das Prestas, n.º 1
5004-515 Funchal

Número de Contribuinte: 123456789

Número de Contribuinte: 511284349

Código da Farmácia: 12345

TIPO DE LOTE	QUANTIDADE			TOTAL PVP	TOTAL UTENTE	TOTAL COMPARTICIPAÇÃO
	LOTES	RECEITAS	LINHAS			
10 Normal	10	275	-	4.321,21 €	2.722,36 €	1.598,85 €
11 Doentes Profissionais	4	120	-	3.123,23 €	156,16 €	2.967,07 €
15 Pensionistas	5	135	-	1.123,23 €	56,16 €	1.067,07 €
16 Pensionistas com Regulamentação Própria	3	63	-	232,32 €	11,62 €	220,70 €
17 Migrantes	3	85	-	123,33 €	59,15 €	64,08 €
18 Normal e Migrantes com Regulamentação Própria	2	60	-	1.231,45 €	591,10 €	640,35 €
96 Receitas sem papel sem sucesso na validação, com erros	1	600	1500	4.321,23 €	1.080,31 €	3.240,92 €

TOTALS 28 2463 2714 21.197,39 € 8.837,57 € 12.359,82 €

Resumo IVA
IVA 6% Total Comp. 22.389,97 € Valor Incidência 21.075,45 € Valor de IVA 1.264,53 €

CARIMBO DA FARMÁCIA

Assinatura Isabel Silva

CF3k - Processado por programa certificado nº 2486/AT

Dados fictícios - apenas para efeitos de demonstração

4.2.2. Nota de Débito ou de Crédito

Após a comunicação dos erros e diferenças por parte do CCF do SRS-Madeira, a aceitação dos mesmos consubstancia-se na emissão da respetiva nota de débito ou de crédito. Estas são emitidas mensalmente, independentemente do montante a retificar.

O documento deverá ser enviado o original e duplicado e estar de acordo com a legislação aplicável, bem como de acordo com o CIVA, contendo a seguinte informação:

1. Identificação da entidade adquirente, de acordo com o CIVA, e que deverá corresponder ao IASAÚDE;
2. Nome e código da Farmácia (número de código atribuído pelo INFARMED);
3. Número de identificação fiscal da Farmácia;
4. Número da nota de débito ou de crédito;
5. Data da nota de débito ou de crédito;
6. Número e data da fatura a que respeita;
7. Importância a regularizar;
8. Os quatro caracteres do extrato do hash;
9. Número de programa certificado.

As Farmácias devem enviar a respetiva nota de crédito ou débito com código de barras bidimensional, sendo que nestes casos o conteúdo deste código se sobrepõe à informação alfanumérica do documento (no anexo 7.3. encontram-se as especificações técnicas do conteúdo do código de barras).

É condição para a aceitação da nota de débito ou de crédito que esta contenha os elementos identificados e pela ordem anteriormente apresentada.

Uma nota de débito ou de crédito apenas pode retificar uma fatura.

4.2.3. Relação Resumo de Lotes

É obrigatório o envio de um documento de relação resumo de lotes, preenchido com os seguintes elementos:

- Nome e código da Farmácia (número de código atribuído pelo INFARMED);
- Mês e ano da respetiva fatura;
- Número da folha, relativo ao total de folhas da relação resumo de lotes;
- Dados informativos, discriminados por lotes e transcritos dos respetivos verbetes de identificação:
 - Código, tipo e número sequencial do lote, no total dos lotes entregues no mês;
 - Importância total do lote correspondente ao PVP;
 - Importância total do lote paga pelos utentes;
 - Importância total do lote a pagar pelo SRS-Madeira.

São ainda aceites as relações resumo de lotes que incluam adicionalmente a quantidade de receitas e de etiquetas, por cada lote.

Apenas poderá ser apresentado um documento de relação resumo de lotes por fatura (caso seja necessário, com mais do que uma página).



Recomenda-se que os lotes sejam ordenados segundo o tipo a que respeitam, e que esta organização seja refletida na atribuição do número sequencial.

A imagem seguinte exhibe um modelo exemplificativo de uma relação resumo de lotes, corretamente preenchida com toda a informação que é exigida. Não é obrigatória a adoção do modelo apresentado, sendo que pode ser substituído por um impresso produzido informaticamente. No entanto, é condição para a sua aceitação que este documento contenha os elementos identificados e pela ordem anteriormente apresentada.

Importa referir que um modelo de relação resumo de lotes se encontra disponível para impressão através do Portal do CCF do SRS-Madeira.

RELAÇÃO RESUMO DE LOTES

PÁGINA 1/1

FACTURAÇÃO EM EUROS

Farmácia da RAM

Código da Farmácia: 12345

Mês: janeiro Ano: 2016

TIPO DE LOTE	Nº SEQUENCIAL	Nº RECEITAS	Nº ETIQUETAS	PVP	IMPORTÂNCIA TOTAL DO LOTE	
					UTENTE	COMPARTICIPAÇÃO
10	1	30	47	602,21	90,33	511,88
10	2	30	50	123,30	18,50	104,81
10	3	30	55	124,76	18,71	106,05
10	4	30	60	226,54	33,98	192,56
10	5	30	49	790,76	118,61	672,15
10	6	12	32	1.923,43	288,51	1.634,92
11	7	30	55	321,94	48,29	273,65
11	8	30	51	213,64	32,05	181,59
11	9	30	60	435,12	65,27	369,85
11	10	30	74	456,64	68,50	388,14
11	11	30	45	341,12	51,17	289,95
11	12	30	66	123,98	18,60	105,38
11	13	30	70	5.436,13	815,42	4.620,71
11	14	30	69	123,43	18,51	104,92
11	15	30	54	876,53	131,48	745,05
11	16	22	45	768,08	115,21	652,87
12	17	30	67	546,32	81,96	464,37
12	18	30	53	213,12	31,97	181,15
12	19	30	46	543,12	81,47	461,65
12	20	30	67	666,98	98,55	568,43
12	21	30	69	189,22	28,38	160,84
12	22	15	36	832,21	124,83	707,38
15	23	30	40	552,98	82,95	470,03
15	24	30	56	231,17	34,68	196,49
15	25	30	65	621,23	93,18	528,05
15	26	30	65	1.091,65	163,75	927,90
15	27	30	45	1.012,33	151,85	860,48
15	28	30	78	674,29	101,14	573,15
15	29	2	10	135,12	20,27	114,85
18	30	30	65	993,34	149,00	844,34
18	31	30	47	532,35	79,85	452,50
18	32	30	78	326,54	48,98	277,56
18	33	7	20	987,21	148,08	839,13
19	34	30	65	325,25	48,79	276,46
19	35	16	34	567,56	85,13	482,43
21	36	18	29	456,64	68,50	388,14
TOTAL		982	1917	24.378,24	3.668,44	20.719,80

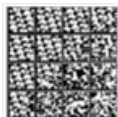
Dados fictícios - apenas para efeitos de demonstração

4.2.4. Verbetes de Identificação de Lote

É obrigatório que cada lote seja identificado através de um verbete de identificação de tamanho A4, preenchido com os seguintes elementos numa única página:

- Nome e código da Farmácia (número de código atribuído pelo INFARMED);
- Mês e ano da respetiva fatura;
- Tipo e número sequencial do lote;
- Importância total do lote correspondente ao PVP;
- Importância total do lote paga pelos utentes;
- Importância total do lote a pagar pelo SRS-Madeira;
- Discriminação da seguinte informação por receita:
 - Número sequencial da receita no lote (na imagem do verbete deve ser indicado “nº sequencial da receita no lote” ou o “nº da receita”)
 - Nº de etiquetas;
 - Importância total da receita correspondente ao PVP;
 - Importância total da receita paga pelo Utente;
 - Importância total da receita a pagar pelo SRS-Madeira.

As Farmácias têm de apresentar obrigatoriamente a informação anterior em código de barras bidimensional, sendo que o conteúdo deste código se sobrepõe à informação alfanumérica do documento (no anexo 7.3. encontram-se descritas as especificações técnicas do conteúdo do código de barras).



VERBETE DE IDENTIFICAÇÃO DE LOTE

Farmácia da RAM

Código da Farmácia: 12345

Mês: janeiro Ano: 2016

					IMPORTÂNCIA TOTAL DO LOTE	
TIPO DE LOTE	Nº SEQUENCIAL	Nº RECEITAS	Nº ETIQUETAS	PVP	UTENTE	COMPARTICIPAÇÃO
10	1	30	47	602,21	379,39	222,82

Nº SEQUENCIAL	Nº ETIQUETAS	PVP (€)	UTENTE (€)	COMPART. (€)
1	2	2,34	1,47	0,87
2	1	4,56	2,87	1,69
3	2	10,34	6,51	3,83
4	1	20,45	12,88	7,57
5	2	45,22	28,49	16,73
6	1	12,10	7,62	4,48
7	2	54,22	34,16	20,06
8	1	54,12	34,10	20,02
9	2	23,45	14,77	8,68
10	1	45,67	28,77	16,90
11	1	79,12	49,85	29,27
12	1	4,38	2,76	1,62
13	3	32,10	20,22	11,88
14	1	12,12	7,64	4,48
15	2	2,45	1,54	0,91
16	2	4,56	2,87	1,69
17	1	7,78	4,90	2,88
18	1	2,31	1,46	0,85
19	2	6,89	4,34	2,55
20	2	6,89	4,34	2,55
21	2	9,45	5,95	3,50
22	3	15,45	9,73	5,72
23	1	10,23	6,44	3,79
24	1	35,20	22,18	13,02
25	2	13,15	8,28	4,87
26	1	24,23	15,26	8,97
27	2	12,34	7,77	4,57
28	2	44,19	27,84	16,35
29	1	3,45	2,17	1,28
30	1	3,45	2,17	1,28

Dados fictícios - apenas para efeitos de demonstração

4.2.5. Receitas Médicas

A prescrição eletrónica na RAM é obrigatória a partir de 1 de abril de 2015. Esta pode ocorrer:

- Em modo *online*, ou seja, no momento de prescrição, os *softwares* têm de validar e registar a receita de medicamentos no sistema central de prescrições, antes da sua emissão em papel;
- Em modo *offline* - é permitido que o software funcione em modo off- line, ou seja, que registe a informação da prescrição no Sistema Central de Prescrições (também denominado de BDNP – Base de Dados Nacional de Prescrições) posteriormente à sua emissão em papel. Nesta situação, as receitas são emitidas com uma numeração local, atribuída pelo *software* de prescrição.

É obrigatório o envio pela Farmácia das receitas médicas onde estão prestados medicamentos ou outros produtos de saúde comparticipados. Estas receitas podem ter a seguinte natureza:

- Receita Médica Normal – válida pelo prazo de 30 dias seguidos, contados a partir da data da sua emissão
- Receita Renovável contendo medicamentos de tratamento prolongado – cada via tem uma validade de seis meses, contados a partir da data de emissão.

As Receitas prescritas manualmente (pré-impressas) não são renováveis.



Excecionalmente, quando o medicamento se encontra esgotado, a dispensa pode ser efetuada fora de prazo devendo a farmácia justificar no verso da receita.

Quando a receita é enviada para efeitos de faturação, é verificada toda e qualquer informação de preenchimento obrigatório.

Abaixo apresenta-se a informação a constar obrigatoriamente na receita médica, distinguindo aquela que é da responsabilidade da Farmácia e aquela que é da responsabilidade do prescriptor. Note-se que sempre que a receita não se encontrar de acordo com as normas de prescrição, a Farmácia pode recusar o seu aviamento, já que o não cumprimento das regras poderá levar ao seu não pagamento, em sede de conferência.


A receita médica terá de seguir obrigatoriamente os modelos oficiais em vigor à data da prestação. Ver a baixo imagem ilustrativa de receita para prescrição manual:

Frente:

 <p>REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA GOVERNO REGIONAL SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS</p>		<p>Receita Médica N.º</p>  <p>*99999999999999999999*</p>	
<p>Utente:</p> <p>N.º de Utente:</p> <p>Telefone:</p> <p>Entidade Responsável:</p> <p>N.º de Beneficiário:</p>		<p>R.C.:</p> <p>RECEITA MANUAL Exceção legal:</p> <p><input type="checkbox"/> a) Falência informática</p> <p><input type="checkbox"/> b) Inadaptação do prescriptor</p> <p><input type="checkbox"/> c) Prescrição no domicílio</p> <p><input type="checkbox"/> d) Até 40 receitas/mês</p>	
<p>Vinheta do Médico Prescritor</p>		<p>Especialidade:</p> <p>Telefone:</p> <p>Vinheta do Local de Prescrição</p>	
<p>R_x DCI / Nome, dosagem, forma farmacêutica, embalagem</p>		<p>N.º Extensão</p>	
<p>1</p> <p>Posologia</p>			
<p>2</p> <p>Posologia</p>			
<p>3</p> <p>Posologia</p>			
<p>4</p> <p>Posologia</p>			
<p>Validade: 30 dias</p> <p>Data: ____ / ____ / ____ (aaaa/mm/dd)</p>		<p>(assinatura do Médico prescriptor)</p>	

Nota: Este tipo de receita tem a validade máxima de 30 dias.

Além deste modelo, serão ainda aceites os modelos emitidos a partir de aplicações informáticas desde que certificadas pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS). Receitas sem indicação da empresa certificada não são aceites.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Receita Médica N.º
(representação em código de barras e caracteres)

Utente: (N.º do utente em código de barras e caracteres) Telefone: R.C.: Entidade Responsável: N.º de Beneficiário: (representação em código de barras e caracteres)		TIPO RECEITA
(N.º da cédula profissional, em código de barras e caracteres ou vinheta de prescriptor)	(Nome profissional) Especialidade: Telefone:	(Local de Prescrição) (representação em código de barras e caracteres)
<div style="display: flex; justify-content: space-between;"> R_x DCI / nome, dosagem, forma farmacêutica, embalagem, posologia N.º Extenso Identificação Ótica </div>		
<div style="display: flex;"> <div style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg); font-size: small; margin-right: 5px;"> Processado por computador - software, versão - empresa </div> <div style="flex-grow: 1;"> <div style="border: 1px solid black; height: 100%; position: relative;"> <div style="position: absolute; top: 5px; left: 5px; width: 20px; height: 20px; text-align: center; line-height: 20px;">1</div> <div style="position: absolute; top: 50%; left: 5px; width: 20px; height: 20px; text-align: center; line-height: 20px;">2</div> <div style="position: absolute; top: 90%; left: 5px; width: 20px; height: 20px; text-align: center; line-height: 20px;">3</div> <div style="position: absolute; bottom: 5px; left: 5px; width: 20px; height: 20px; text-align: center; line-height: 20px;">4</div> </div> </div> </div>		
Validade: 30 dias Data: aaaa-mm-dd		(assinatura do Médico prescriptor)

Nota: Este tipo de receita tem a validade máxima de 30 dias. As prescrições renováveis (receita impressa) possuem uma validade de 6 meses.

São também aceites os modelos em vigor das receitas médicas do Ministério da Saúde (SNS) e da Região Autónoma dos Açores (RAA). Apenas são aceites as receitas em que a entidade financeira responsável seja: SRS-Madeira, SNS, SRS-Açores e CNPRP ou ao abrigo de acordos internacionais ou regulamentos comunitários, conforme aplicável.

A – Identificação do Utente

A receita terá de conter obrigatoriamente a identificação do utente a quem foi prescrito o medicamento, através da seguinte informação:

- **Nome do utente** – Nome que identifica o utente sendo obrigatório;
- **Número de saúde do utente** - Número que identifica univocamente o utente através do Registo Nacional de Utentes (RNU). Este número é atribuído no processo de inscrição do cidadão numa unidade de saúde ou aquando do pedido do Cartão de Cidadão;
- **Número de beneficiário** da entidade financeira responsável sempre que aplicável (SRS-Madeira, SRS-Açores, SNS) e nos casos de corresponder a um subsistema de saúde, Centro Nacional de Proteção contra Riscos Profissionais (CNPRP), ou ao abrigo de acordos internacionais ou regulamentos comunitários, conforme aplicável.
- **Regime especial de comparticipação de medicamentos**, representado pelas letras “R” e “O”, se aplicável. A letra “R” aplica-se aos utentes pensionistas abrangidos pelo regime especial de comparticipação. A letra “O” aplica-se aos utentes abrangidos por outro regime especial de comparticipação identificado por menção ao respetivo diploma legal
- **Entidade financeira responsável** - Deve ser verificada a existência de entidade financeira responsável, que será a responsável pelo pagamento da comparticipação da receita. A entidade financeira responsável deve corresponder ao SRS-Madeira, SNS, SRS-Açores e subsistemas públicos da responsabilidade do SRS-Madeira como o CNPRP (no caso de medicamentos fornecidos a doentes com doença profissional e prescritos no âmbito da doença profissional) e ao abrigo dos regulamentos comunitários ou Acordos Internacionais (onde deverá constar a sigla do país, código da entidade responsável e o número de beneficiário correspondente).

B – Tipo de receita

Em cada receita deve constar a referência ao tipo de receita, de acordo com a lista seguinte:

RN – prescrição de medicamentos;

RE – prescrição de psicotrópicos e estupefacientes sujeitos a controlo;

MM – prescrição de medicamentos manipulados;

MA – prescrição de medicamentos alergénios destinados a um doente específico;

UE – prescrição de medicamentos para aquisição noutro Estado-membro;

MDT – prescrição de produtos dietéticos;

MDB – prescrição de produtos para autocontrolo da diabetes mellitus;

CE – prescrição de câmaras expansoras;

OUT – prescrição de outros produtos (ex. produtos cosméticos, suplementos alimentares, etc.).

Note-se que a receitas do tipo “OUT”, não serão conferidas pelo CCF do SRS-Madeira, pelo que estas não deverão ser enviadas.

C – Identificação do Médico Prescritor e do Local de Prescrição

A receita terá de conter obrigatoriamente os seguintes dados identificativos do médico prescritor e do local onde foi efetuada a prescrição:

1. **Identificação do Local de Prescrição**, que nas receitas pré-impressas é efetuada através da aposição da respetiva vinheta identificativa ou nos locais de prescrição privada do território Continental, a aposição do carimbo. As receitas informatizadas têm obrigatoriamente que conter o código de local impresso. No caso das receitas “*Assinadas eletronicamente por autenticação forte*”, prescritas no setor público é acrescentado a aposição da vinheta de local de prescrição (Ver ponto E).
2. **Identificação do Médico Prescritor**, que nas receitas pré-impressas é efetuada através da aposição da respetiva vinheta. As receitas informatizadas têm obrigatoriamente que ter o código do médico impresso.

Receita Médica Nº

19999999999999999999

Utilizador: António Silva
N.º da Utilizador: 123456789
Telefone: 991234567
Entidade Prescritora: SRS-Madeira
N.º do Beneficiário:

RECEITA MANUAL
Exemplo legat
☐ A) Patente Intermitente
☐ B) Indicação de prescrição
☐ C) Prescrição no domicílio
☐ D) Não aplicável

R.C.

Especialidade: Pediatria
Telefone: 997654321

[N.º de cédula]
[Nome do Médico]
[Código de local]
[Local de prescrição]

0 0 0 0 0 0 0 0

0 0 0 0 0 0 0 0

A. Os elementos identificativos do utente têm de ser colocados nestes campos

B2. Os elementos identificativos do médico prescritor e a respetiva vinheta têm de ser colocados nesta área.

B1. A vinheta, ou carimbo referente ao local de prescrição, terá de ser colocada neste espaço

Dados fictícios - apenas para efeitos de demonstração

A partir de 1 de fevereiro de 2015 todas as prescrições pré-impressas passaram a ter de apresentar obrigatoriamente o novo modelo de vinheta de médico e local de prescrição (ver exemplos abaixo):

[N.º de cédula]
[Nome do Médico]
[Código de local]
[Local de prescrição]

0 0 0 0 0 0 0 0

0 0 0 0 0 0 0 0

D – Identificação dos Medicamentos Prescritos

A receita médica tem de identificar os medicamentos prescritos, sendo obrigatória a apresentação da seguinte informação por cada medicamento:

a) Prescrição por DCI

O medicamento é identificado pelos seguintes elementos:

- Denominação Comum Internacional (DCI) ou nome da substância ativa;
- Forma farmacêutica (FF);
- Dosagem (Dos);
- Apresentação (dimensão da embalagem);
- Código Nacional para a Prescrição Eletrónica de Medicamentos (CNPEM) - código representativo que agrupa, pelo menos, as seguintes características do medicamento: DCI + Dos + FF + apresentação ou outro código oficial identificador do produto, se aplicável;
- Posologia e duração do tratamento;
- Número de embalagens;
- Comparticipações Especiais, se aplicável.

b) Prescrição por marca

A prescrição pode, excecionalmente, incluir a denominação comercial do medicamento, por marca ou indicação do nome do titular da autorização de introdução no mercado, nas situações de:

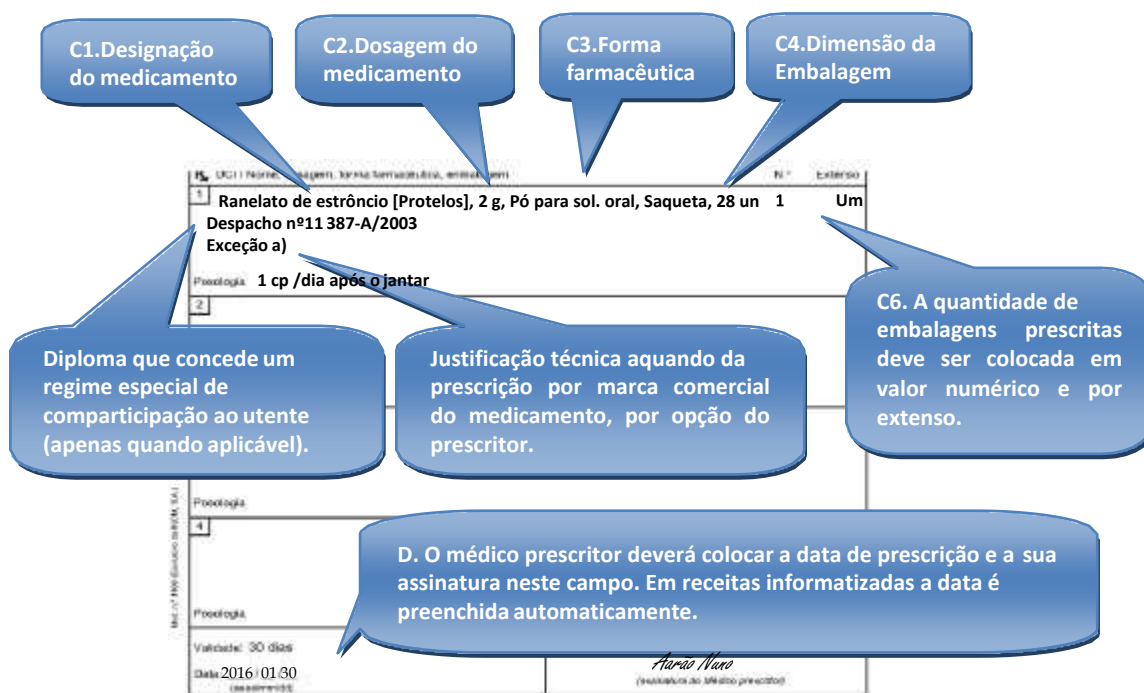
- Prescrição de medicamento com substância ativa para a qual não exista medicamento genérico similar comparticipado ou para o qual só exista original de marca e licenças;
- Medicamentos que, por razões de propriedade industrial, apenas podem ser prescritos para determinadas indicações terapêuticas;
- Justificação técnica do prescriptor quanto à suscetibilidade de substituição do medicamento prescrito.

Nestes casos deve constar na prescrição:

- Nome comercial do medicamento ou do respetivo titular de autorização de introdução no mercado;
- Código do medicamento representado em dígitos e em código de barras (em vez do CNPEM).

As receitas terão também de conter:

- Tipo de receita;
- Data da prescrição;
- Validade da prescrição.



The diagram shows a medical prescription form with several fields and callouts explaining them:

- C1. Designação do medicamento:** Points to the field containing "Ranelato de estrôncio [Protelos], 2 g, Pó para sol. oral, Saqueta, 28 un".
- C2. Dosagem do medicamento:** Points to the field containing "Despacho nº11 387-A/2003".
- C3. Forma farmacêutica:** Points to the field containing "Exceção a)".
- C4. Dimensão da Embalagem:** Points to the field containing "1 cp /dia após o jantar".
- C6. A quantidade de embalagens prescritas deve ser colocada em valor numérico e por extenso.** Points to the field containing "1" and "Um".
- D. O médico prescriptor deverá colocar a data de prescrição e a sua assinatura neste campo. Em receitas informatizadas a data é preenchida automaticamente.** Points to the field containing "Validade: 30 dias" and "Data: 2016/01/30".

Additional callouts include:

- "Diploma que concede um regime especial de comparticipação ao utente (apenas quando aplicável)."
- "Justificação técnica aquando da prescrição por marca comercial do medicamento, por opção do prescriptor."

The form also includes a signature field with the signature "Aurora Novo" and the text "(Assinatura do médico prescriptor)".

Dados fictícios - apenas para efeitos de demonstração

E – Assinatura do Médico Prescritor

Para além da aposição da vinheta do médico prescritor explicada no ponto C, a receita pré-impressa, tem que estar assinada e datada pelo médico prescritor.

Nas receitas impressas pelas aplicações informáticas a assinatura do médico prescritor é obrigatória, manuscrita ou eletrónica “*Assinado eletronicamente por autenticação forte*”. No caso das receitas assinadas eletronicamente é obrigatório a aposição da vinheta do local de prescrição até à entrada em funcionamento da dispensa eletrónica, podendo em alternativa ser utilizada a assinatura manuscrita não necessitando assim a aposição da vinheta do local de prescrição.

Nos casos em que a receita é prescrita em modelo pré-impresso, terá de conter a referência de que a impressão foi realizada pela INCM, com o respetivo número do modelo. Nos casos em que a receita foi prescrita recorrendo a uma aplicação informática, terá de apresentar indicação de «Processado por computador» e o *software* que a produziu.

A informação relativa à dispensa do medicamento tem de respeitar as seguintes regras, sob pena de não ser aceite para conferência:

F – Informação da Prestação

A seguinte informação, produzida informaticamente (isto é, através de um sistema de informação) deve ser diretamente impressa ou colada no verso da receita médica, sendo que os seguintes elementos têm de estar presentes pela ordem indicada:

1. Identificação da Farmácia;
2. Data da dispensa;
3. PVP de cada medicamento;
4. Comparticipação do SRS-Madeira, em valor, por cada medicamento;
5. Encargo do utente, em valor, por cada medicamento;
6. Valor total da receita;
7. Valor total da comparticipação do SRS-Madeira;
8. Valor total do encargo do utente;
9. Impressão do código do medicamento em caracteres e códigos de barras (para garantir a correta interpretação do código de barras pelos sistemas informáticos, deverá observar-se um espaçamento mínimo de 3 mm em

todas as margens do código);

10. Impressão de informação relativa ao exercício do direito de opção por medicamento. Aquando do exercício do direito de opção, este apenas pode ser exercido nas seguintes situações:
 - a. Em que o utente opta por levar um medicamento com preço acima do 5º mais baixo (prescrição por DCI quando há Grupo Homogéneo - GH);
 - b. Em que o utente opta por levar um medicamento diferente do medicamento prescrito pelo médico por marca e com a alínea c) – “Continuidade de tratamento superior a 28 dias”. Note-se que nesta situação tem que ser prestado um medicamento de PVP inferior ao prescrito. Se o medicamento tiver mais que um preço ativo, o CCF terá em consideração os preços em vigor à data da dispensa e cuja vigência se iniciou desde o 1.º dia do 1.º mês do trimestre civil imediatamente anterior àquele em que ocorre a dispensa.

Os elementos supra referidos nos pontos 2 a 10, devem obrigatoriamente ser apresentados através da utilização de código de barras bidimensional, conforme especificado no capítulo 7.3.4., prevalecendo a informação contida neste código sobre a restante informação impressa.

Para além desta informação deve vir aposta:

1. Assinatura do responsável pela dispensa e carimbo da Farmácia;
2. Justificação e assinatura do diretor técnico da Farmácia quando aplicável;
3. Assinatura do utente relativa aos serviços prestados.

De referir que o utente não pode optar por levar outro medicamento aquando da aposição da justificação técnica correspondente à alínea a) ou b) ou prescrição de medicamento com substância ativa para a qual não exista medicamento genérico participado ou para a qual só exista original de marca e licenças.

A nível da quantidade de embalagens prescritas do medicamento note-se que é permitido o desdobramento de embalagens, desde que no global as mesmas sejam de dimensão igual ou inferior. Por exemplo, se a prescrição for de 30, estando esgotado, podem dispensar-se duas embalagens de 15.

Aquando de desdobramentos a Farmácia deve efetuar a devida justificação: “Dispensa de quantidade igual ou inferior, embalagem prescrita esgotada no mercado.”.

Excecionalmente, quando a embalagem prescrita está esgotada e apenas estiverem disponíveis no mercado embalagens de dimensão superior, a farmácia apenas pode dispensar a embalagem com a quantidade mínima imediatamente superior à prescrita. Neste caso a farmácia deve apresentar a devida justificação, da seguinte forma: “*Dispensa de quantidade superior, embalagem prescrita e inferiores esgotadas no mercado.*”.

Em caso de prescrição de medicamentos que se encontrem em rutura de stock no momento da dispensa, a validade da receita médica não se aplica, devendo a farmácia justificar da seguinte forma: “Dispensa fora de validade, medicamento esgotado.”.

Durante o período transitório instituído e, excecionalmente, quando a dosagem do princípio ativo ou a forma farmacêutica da embalagem prescrita não corresponder à terapêutica instituída ao utente, a farmácia pode dispensar a dosagem ou forma farmacêutica adequada, após contacto com o prescriptor.

Quando prescrito um medicamento de marca, ao abrigo do regime excecional, que se encontra indisponível, a farmácia pode dispensar outra marca, após contacto com o prescriptor.

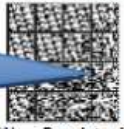
Adicionalmente, no ato da prestação, se o utente não quiser adquirir algum dos produtos constante na receita, o farmacêutico deve, na presença do utente, riscar o produto em causa na receita.

Este espaço deverá ser utilizado para a colocação do código de barras bidimensional

Prazo de Validade da receita foi ultrapassado porque o medicamento prescrito se encontrava esgotado

Paulo Afonso


Código de barras dos medicamentos





Farmácia da RAM

Venda em: 01-01-2016

(1) Ranelato de estrôncio [Protelos], 2 g	PVP Total € 10,00	Utente € 2,00	Comparticipação € 8,00
(2) Cefuxorina [Zorel], 500 mg.	PVP Total € 12,60	Utente € 1,30	Comparticipação € 11,30
(3) Budesonida [Plumicort Nasal Aqua], 64 ug	PVP Total € 15,20	Utente € 2,20	Comparticipação € 13,00
TOTAL (EUR)	PVP Total € 37,80	Utente € 5,50	Comparticipação € 32,30


**234597* - Ranelato de estrôncio [Protelos], 2 g, Saceta, 28 unidades


760621 - Cefuxorina [Zorel], 500 mg, Comp. Revel, 10 unidades


0123456* - Budesonida [Plumicort Nasal Aqua], 64 ug - Flut. Nasal, 120 doses

Declaro que me foram dispensadas as três embalagens de medicamentos constantes da receita e prestados os conselhos e informações sobre a sua utilização. Não exerci Direito de Opção

O utente _____

Farmácia da RAM

João Pedrosa

O utente dispõe de espaço próprio para a sua assinatura

Terá de conter obrigatoriamente a identificação dos medicamentos (e os seus códigos de barras), o PVP, e os montantes pagos pelo utente e a participar pelo Estado.

Dados fictícios - apenas para efeitos de demonstração



A assinatura do responsável pela dispensa não deve estar sobreposta pelo carimbo da Farmácia.

4.3. Quais os procedimentos associados ao envio da documentação?

O objetivo desta secção é apresentar os procedimentos que têm de ser seguidos, no que diz respeito à preparação e envio da documentação descrita *supra*.

Mensalmente, a Farmácia terá que enviar a referida documentação conforme indicado no capítulo 3. Para este efeito terá de acondicionar devidamente a documentação em volumes. Cada volume terá de apresentar uma etiqueta identificativa da Farmácia no exterior de cada volume de encomenda expedido. A etiqueta deve conter o código INFARMED da Farmácia e o número do volume face ao total de volumes expedidos (exemplo: 1/ 2 significa que é o primeiro volume de dois). Esta etiqueta pode ser gerada com código de barras através da área reservada da Farmácia no portal do CCF do SRS-Madeira.

A este respeito refira-se que se encontra disponível no portal do CCF do SRS-Madeira, na área reservada, a possibilidade de configuração e impressão de uma etiqueta-tipo para colar no volume, que apresenta já preenchida a informação requerida sendo apenas necessário indicar o número total de volumes a expedir.

No que diz respeito à organização da documentação a enviar, a Farmácia deverá atender às seguintes instruções:

- A fatura a enviar terá de ser única, apresentada em duplicado, contemplando todos os medicamentos comparticipados dispensados nesse mês e terá de se encontrar preenchida conforme as indicações do ponto 4.2.1. No caso de a Farmácia dispor de notas de débito ou de crédito a enviar, deverá colocá-las junto da fatura a entregar nesse mês. Em anexo à fatura deverá encontrar-se igualmente a relação resumo de lotes, preenchida de acordo com a informação exigida na secção 4.2.3. A Farmácia terá de colocar a fatura, a nota de débito ou de crédito caso a mesma exista e a relação resumo de lotes no topo da documentação do primeiro volume. No caso de não ser enviada a fatura ou a relação resumo de lotes, a documentação enviada não é processada, ficando a aguardar o seu envio;
- As receitas têm de ser entregues organizadas em lotes, de acordo com o tipo a que respeitam, e estes terão de se encontrar devidamente identificados através do verbete de identificação de lote, preenchido conforme indicado no ponto 4.2.4. Os lotes de receitas deverão estar ordenados, nos volumes, por ordem crescente do número sequencial que lhes foi atribuído. Cada lote é constituído por 30 receitas do mesmo tipo, excluindo o lote das receitas remanescentes desse mesmo tipo;

- As receitas têm de obedecer aos modelos aprovados, de acordo com o referido na secção 4.2.5, e não devem apresentar rasuras, agrafos, anexos, recortes e colagens com fita-cola⁴.

A Farmácia tem de considerar a data e hora limites de receção, conforme indicado no capítulo 3 aquando do envio da documentação. Refira-se a este respeito que caso a documentação não chegue ao CCF do SRS-Madeira até à data limite, esta será apenas considerada no ciclo de conferência do mês seguinte, salvo se se registarem problemas de transporte por motivos decorrentes de condições climáticas de força maior devidamente justificada pela farmácia. A decisão de aceitação será tomada pelo IASAÚDE considerando a justificação apresentada e a data em que os documentos sejam entregues.

A confirmação da receção da documentação é efetuada nos termos explicitados no capítulo 3.

⁴ Poderão existir alguns casos em que se aceita o uso de fita-cola na prestação, nomeadamente, aquando da realização de prova, por parte do prestador, de que o utente tem direito a RECM de Pensionista, quando o mesmo não venha na prescrição.

5. Regras de Conferência

5.1. Introdução

Nas secções seguintes identificam-se as regras que o CCF do SRS-Madeira vai aplicar na conferência da documentação enviada pela Farmácia, nomeadamente no que diz respeito à sua estrutura e à informação de cada um dos documentos que a compõe:

- Fatura;
- Notas de débito/crédito;
- Relação resumo de lotes;
- Verbete identificativo de lote;
- Receita (prescrição e dispensa de medicamentos).

Para cada uma das regras enunciadas identificar-se-á o código de erro a assinalar no caso do seu incumprimento. A codificação dos erros é apresentada através de uma letra e três dígitos, sendo que a letra é indicativa da ação a desencadear, e os dígitos correspondem ao número da incorreção que motivou esta ação.

Em caso de deteção de erro ou diferença, consideram-se duas ações possíveis relativamente a cada documento conferido (fatura, relação resumo de lotes, verbete de identificação do lote e receita):

- **(D) - Devolução do documento** à Farmácia para que esta possa efetuar a correção do erro ou diferença identificada, nos casos em que esta for possível, ou sempre que o documento não seja dirigido ao SRS-Madeira (por exemplo, no caso de pertencer a um subsistema sem acordo de complementaridade);
- **(C) - Correção ao valor a pagar à Farmácia**, por via de apuramento de valor de comparticipação diferente ou em consequência da não-aceitação parcial da receita.

Em situações excecionais, a receita não será devolvida à Farmácia (nestes casos o documento é classificado como rejeitado **(R)**).

Identifica-se ainda a seguinte situação possível: em caso de não envio da fatura ou da relação resumo de lotes, **o processo de conferência não avança ficando a aguardar o envio do documento em falta (F)**. A este respeito refira-se que caso a fatura ou a relação

resumo de lotes chegue após a data limite, o processamento desta e da documentação a que respeita será efetuado no ciclo de conferência seguinte.

Caso esta informação não seja enviada no prazo de 60 dias, a documentação a que esta respeita será devolvida à Farmácia. O envio desta documentação é efetuado a cobrar no destinatário.

Outra ação possível é a **anulação administrativa (A)**. Em caso de devolução de um documento à Farmácia para correção, a mesma tem até 60 dias, após comunicação dos erros e diferenças, para proceder a novo envio do documento devidamente corrigido. Se a reentrada do documento ocorrer passado este prazo, este é anulado administrativamente, o que significa não será pago e não será devolvido.

Finalmente, se após a reconferência de um documento que havia sido previamente devolvido ao prestador para correção ainda persistirem erros, será atribuído ao mesmo um erro do tipo “G – **Reentrada Com Erros**”. Nestas circunstâncias, o respetivo documento já não será enviado novamente ao prestador para uma segunda correção, pelo que se ainda contiver erros do tipo “D” não será pago o seu valor na totalidade, enquanto que, se contiver unicamente erros do tipo “C”, será pago apenas pelo valor apurado após correção.

Todas as receitas emitidas através de uma aplicação informática encontram-se na Base de Dados Nacional de Prescrições (BDNP). Assim, se a receita médica residir na BDNP, é esta informação que é utilizada para efeitos de conferência, em detrimento da informação impressa em papel enviada pela Farmácia, exceto os anexos previstos no presente manual.

5.2. Organização e Estrutura da Informação Enviada

5.2.1. Formato Papel e Organização

Na presente secção identificam-se as regras que resultam, especificamente, da apresentação da informação de faturação.

#	ÂMBITO	REGRAS DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
1	Fatura	A Farmácia tem de enviar a fatura mensal, em duplicado, contemplando todos os medicamentos comparticipados no respetivo mês.	F001	A documentação a que respeita a fatura em falta não é tratada até à sua receção.
2	Fatura	Cada Farmácia envia uma única fatura mensal, e em duplicado.	D001	As faturas são devolvidas, sendo que a documentação entregue não é tratada. Caso se verifique que ainda não tenha sido tratada nenhuma fatura do mês para a Farmácia, esta poderá reemitir uma única fatura que inclua todos os medicamentos dispensados no mês.
3	Fatura	O número de fatura não pode ser repetido no ano.	D002	A fatura é devolvida, ficando a documentação a que esta respeita a aguardar a receção de nova fatura.

#	ÂMBITO	REGRAS DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
4	Fatura	A fatura tem de apresentar os elementos previstos no CIVA e os mencionados no capítulo 4.2.1. do presente documento.	D003-D014 D024-D031 D160 D163-D164	A fatura é devolvida, ficando a documentação a que esta respeita a aguardar a receção de nova fatura.
5	Fatura	O valor total da fatura tem de corresponder ao somatório do valor de cada uma das receitas enviadas pela Farmácia	C001	É pago o valor resultante do somatório dos valores apurados em cada uma das receitas. Caso sejam enviadas receitas corretamente integradas em lotes, e com medicamentos comparticipados, que por lapso não foram contempladas na fatura, estas serão aceites. A Farmácia terá de enviar no mês seguinte a respetiva nota de débito.
6	Nota de Débito ou de Crédito	A Farmácia tem de enviar o original e duplicado da nota de débito ou crédito.	D005	Se a Farmácia enviar apenas o duplicado, o mesmo é devolvido à Farmácia não sendo validado.
7	Nota de Débito ou de Crédito	A nota de débito/crédito enviada tem de apresentar os elementos previstos no CIVA, e incluir todos os mencionados no capítulo 4.2.2. do presente documento.	D032-D043	A nota de débito ou de crédito é devolvida.
8	Nota de Débito ou de Crédito	A nota de débito/crédito enviada não pode respeitar a uma fatura que apesar de registada ainda não tenha sido conferida.	D045	A nota de débito ou de crédito é devolvida.

#	ÂMBITO	REGRAS DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
9	Nota de Débito ou de Crédito	Não são aceites acertos que digam respeito a valores não conferidos/apurados pelo CCF do SRS-Madeira (exemplo, juros).	D046	A nota de débito ou de crédito é devolvida.
10	Nota de Débito ou de Crédito	O número da nota de débito ou de crédito não pode ser repetido no ano.	D047	A nota de débito ou de crédito é devolvida.
11	Nota de Débito ou de Crédito	A nota de débito ou de crédito apenas se pode referir a uma fatura que tenha sido previamente enviada para o CCF do SRS-Madeira.	D048	A nota de débito ou de crédito é devolvida.
12	Nota de Débito ou de Crédito	A nota de débito/crédito apresenta uma taxa de IVA diferente da taxa de IVA em vigor.	D165	A nota de débito ou de crédito é devolvida.
13	Nota de Débito ou de Crédito	A nota de débito/crédito não cumpre os requisitos legais, nomeadamente os previstos no CIVA ou outros. Por exemplo, não são aceites notas com rasuras, notas com sinal de valor negativo, notas com menção a taxa de IVA diferente da fatura, notas com referência a mais que uma fatura sem a separação do valor a regularizar por fatura ou fotocópias.	D166	A nota de débito ou de crédito é devolvida.
14	Nota de Débito ou de Crédito	A Nota de Débito ou de Crédito tem de apresentar o valor que permita corrigir os erros apurados.	D178	A nota de débito ou de crédito é devolvida.

#	ÂMBITO	REGRAS DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
15	Relação Resume de Lotes	A relação resumo de lotes terá de se apresentar juntamente com a Fatura a que respeita e conter os elementos identificados no capítulo 4.2.3. do presente documento.	F003	A documentação a que respeita a relação resumo de lotes em falta não é tratada até à receção de a relação resumo de lotes correta.
16	Organização em Lotes	As receitas têm de ser entregues organizadas em lotes, e estes têm de estar devidamente identificados através do verbete de identificação de lote (que terá de apresentar os elementos identificados no capítulo 4.2.3 do presente documento).	D049	Devolvem-se as receitas que não se encontrem associadas a nenhum lote, ou que o verbete que as identifique não se encontre de acordo com o modelo exigido.
17	Organização em Lotes	As receitas têm de se encontrar nos lotes a que respeitam. Para este efeito terá de se considerar o seguinte: 11. Doença Profissionais – tem que apresentar a informação que permite a sua faturação à entidade CNPRP, nomeadamente indicação da entidade responsável CNPRP e respetivo número de beneficiário, para receitas impressas e pré-impressas.	D050	As receitas que não se encontrarem no lote correto são devolvidas.

#	ÂMBITO	REGRAS DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
17	Organização em Lotes	<p>12. Paramiloidose - tem que apresentar o respetivo diploma junto de cada medicamento se aplicável;</p> <p>13. Lúpus, Hemofilia, Talassemia Talassemia e Depranocitose – idem anterior;</p> <p>15. Pensionista - tem que apresentar a letra “R” junto do campo “R.C.” ou em receitas pré-impressas a vinheta verde do local de prescrição ou anexo válido como meio de prova (fotocópia da declaração do centro de saúde).</p> <p>16. Pensionistas com regulamentação própria – ver requisitos de aceitação para o ponto anterior (lote 15), sendo que para este lote deve adicionalmente verificar-se a presença do respetivo diploma (exceto diplomas específicos dos lotes 12 e 13) junto de cada medicamento;</p> <p>17. Convenções bilaterais/Acordos internacionais:</p> <p>Tem que apresentar a informação necessária à faturação ao exterior.</p> <p>Na situação de prestação de cuidados a cidadãos convenções bilaterais/acordos internacionais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espaço europeu, deve vir sempre indicado o País. No número de beneficiário deve constar o número do documento (CESD). 		

#	ÂMBITO	REGRAS DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
17	Organização em Lotes	<p>É igualmente aceite em anexo a cópia do CESD (desde que a validade seja posterior à prestação). Não são aceites receitas em que o País seja Portugal;</p> <p>Na situação de prestação de cuidados a cidadãos ao abrigo de Acordos Internacionais (Cabo Verde, Brasil, Andorra, Marrocos, Quebec – Canadá, Tunísia), para além do País, deverá vir o número de identificação da pessoa que consta do Atestado de Direito e que corresponde ao número de beneficiário. À semelhança do CESD, também poderá vir prova o verso da receita. Note-se que apenas se aceitam os seguintes Atestados de Direito com a seguinte numeração/ identificação, e para os seguintes países:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabo Verde, CV/P 19 – Atestado de direito; • Brasil, PB 5 – Atestado de direito; • Andorra, AND/PT 3 – Atestado de direito; • Marrocos, MA/PT 4 – Atestado de direito; • Quebec (Canadá), QUE/POR 4 – Atestado de direito; 		

#	ÂMBITO	REGRAS DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
17	Organização em Lotes	<ul style="list-style-type: none"> Tunísia, PT/TN-6, PT/TN-5, PT/TN-7 – atestados de direito. <p>18. Normal e convenções bilaterais/acordos Internacionais com legislação própria - tem de apresentar o respetivo diploma (exceto diplomas específicos dos lotes 12 e 13) junto de cada medicamento entendido como aplicável a todos os medicamentos. Caso o utente seja migrante, deve apresentar a informação do ponto acima (lote 17);</p> <p>19. Manipulados e Produtos Dietéticos (normais, pensionistas e convenções bilaterais/acordos internacionais) tem que apresentar a prescrição de medicamentos manipulados ou produtos dietéticos;</p> <p>23. Produto de autocontrolo da Diabetes - tem que apresentar a prescrição de produtos diabéticos;</p>		
18	Organização em Lotes	Cada lote é constituído por 30 receitas do mesmo tipo, excluindo o lote das receitas remanescentes desse mesmo tipo.	D077	As receitas que excederem o limite de 30 receitas por lote são devolvidas.

#	ÂMBITO	REGRAS DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
19	Receita	É apenas aceite o modelo de receita em vigor à data da prescrição (quer o pré- impresso, pela INCM; quer as informatizadas, provenientes de aplicações certificadas pela SPMS - receitas sem indicação da empresa certificada não são aceites). No caso da receita renovável esta é constituída por três exemplares impressos quando é gerada informaticamente (1ª, 2ª e 3ª vias).	D051	As receitas que não se apresentarem nos modelos exigidos são devolvidas.
20	Receita	Toda e qualquer informação de preenchimento obrigatório tem de estar visível e legível. Nomeadamente, o nº de receita tem que vir sempre legível e válido. Não são aceites números de receitas que possuam letras.	D052	A receita é devolvida.
21	Receita	Não se aceitam fotocópias dos modelos de receitas.	R161	As fotocópias de receitas não são aceites, não sendo estes documentos devolvidos ao prestador.
22	Receita	O número de cada receita tem que ser único. Não se aceitarão aviamentos de receitas já aviadas com o mesmo nº (para renováveis, nº inclui também a via), dentro da mesma Farmácia.	D174	A receita é devolvida.
23	Receita	No âmbito da prescrição de Receitas pré-impressas, deixaram de ser aceites receitas manuais renováveis ou especiais (“amarelas”).	D175	A receita é devolvida.

#	ÂMBITO	REGRAS DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
24	Receita	Por decisão de entidades competentes, a conferência de uma receita pode ser suspensa decorrente da deteção de irregularidades.	R007	Não são aceites e não são devolvidas as receitas que tenham tido esta decisão.
25	Informação de Prestação	A prestação deverá encontrar-se presente no verso da receita.	D078	A receita é devolvida para correção.
26	Informação de Prestação	A informação de prestação tem que se encontrar de forma informatizada de acordo com o definido no capítulo 4.2.5 ponto F.	D169	A receita é devolvida para correção.

5.3. Receitas Médicas

Segue a apresentação das regras de conferência a aplicar que não têm apenas a ver com o formato (anteriormente explicitadas).

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
1	Identificação do Utente	<p>O nome e o número de utente e/ou beneficiário têm que se encontrar preenchidos nos campos definidos para este efeito. Este último pode apresentar um dos seguintes valores possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se a entidade responsável for o SRS-Madeira, SNS, ou SRS-Açores tem de apresentar o Número de Utente; • Caso a entidade responsável seja um país estrangeiro (identificativo de Acordos Internacionais), tem de apresentar o número de identificação do Cartão Europeu de Seguro de Doença⁵; • Caso a entidade responsável seja o Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais (CNPRP), terá de apresentar o número de beneficiário. 	D061	A receita é devolvida.

⁵ Ou o número que o permita identificar no âmbito do Protocolo de Cooperação estabelecido com o seu país de origem (se este não for europeu).

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
2	Entidade Responsável	<p>A entidade responsável terá de apresentar um dos seguintes valores possíveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • SRS-Madeira, SNS ou SRS-Açores; • Entidade financeira responsável pelo pagamento da receita de convenções bilaterais/acordos internacionais; • Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais, no caso de Doença Profissional (CNPRP). <p>Receitas com menção a Entidades Independentes bem como em que a entidade é uma companhia seguradora não são comparticipadas pelo SRS-Madeira.</p>	D083	A receita é devolvida.
3	Número de utente e/ou Beneficiário	<p>Caso a entidade responsável seja o SRS-Madeira, SNS, ou SRS-Açores o número de utente tem de se encontrar válido na base de dados do Registo Nacional de Utentes (RNU).</p>	D069	A receita não pode ser aceite.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
4	Identificação do local de prescrição	A receita tem que apresentar vinheta/código identificativa(o) do local de prescrição e a mesma tem que se encontrar visível. Note-se que apenas são aceites vinhetas no modelo em vigor.	D053	A receita é devolvida.
5	Identificação do Médico prescriptor	A receita tem de apresentar a vinheta/código identificativa(o) do médico prescriptor e esta tem que se encontrar legível.	D054	A receita é devolvida
6	Identificação do adquirente em receitas de produtos psicotrópicos e estupefacientes	A receita destinada à prescrição de estupefacientes e substâncias psicotrópicas tem de apresentar a Identificação do adquirente (nome, número e data de emissão do Bilhete de Identidade/Cartão de Cidadão ou número da carta de condução ou passaporte, caso se trate de estrangeiros).	D096	A receita é devolvida para correção.
7	Prescrição de Medicamentos psicotrópicos e estupefacientes	Numa receita de medicamentos psicotrópicos ou estupefacientes apenas podem constar esse tipo de medicamentos, e não quaisquer outros.	D097	A receita não pode ser aceite.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
8	Regime Especial de Comparticipação	O diploma tem de ser válido para o medicamento associado e atribuir a comparticipação solicitada pela farmácia. Nota: Basta a presença de pelo menos um diploma na receita para que este seja considerado, se aplicável, a todos os medicamentos prestados pela Farmácia.	C015	No apuramento do valor de comparticipação do medicamento não serão considerados os regimes de comparticipação conferidos pelo diploma, se o medicamento prestado não tiver direito ao mesmo.
9	Regime Especial de Comparticipação	Nos termos dos diplomas em vigor que conferem RECM, se para esse benefício for necessária determinada especialidade, é necessário que o médico prescriptor corresponda a uma das especialidades médicas admissíveis, tal como disposto no diploma.	C016	No apuramento do valor de comparticipação do medicamento não serão considerados os regimes de comparticipação conferidos pelo despacho caso a especialidade médica não pertença ao conjunto de especialidades admissíveis para aplicação do diploma.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
10	Informação de Prescrição	A receita médica terá de identificar, para todos os medicamentos Prescritos e dispensados, a quantidade de embalagens prescritas do medicamento (numérico e por extenso).	D086	A receita é devolvida.
11	Número de Medicamentos prescritos	Em cada receita médica podem ser prescritos até quatro medicamentos distintos, com o limite máximo de quatro embalagens. No máximo podem ser prescritas duas embalagens por medicamento.	D087- D088	A receita não pode ser aceite.
12	Prescrição de Manipulados ou Dietéticos ou Diabéticos	Nas receitas de medicamentos manipulados, produtos dietéticos ou diabéticos não é permitida a prescrição de qualquer outro tipo de medicamento.	C018	São apenas pagos os medicamentos classificados como manipulados, produtos dietéticos ou diabéticos.
13	Informação de Prestação	O número identificativo do medicamento terá de ser válido. A dispensa deve ser sempre comprovada através da impressão do código do medicamento em caracteres e código de barras.	C019	Os medicamentos não são pagos.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
14	Informação de e Prestação	A prestação não pode ao mesmo tempo ser suportada por uma impressão informática e pela colagem de etiquetas de medicamentos.	D159	A receita é devolvida.
<p>Qualquer inscrição manuscrita ou etiquetas adicionadas, na frente de receitas com prescrição informatizada, nomeadamente as seguintes situações (D190 à D195), são consideradas rasuras.</p> <p>A existência de uma rasura, na linha de prescrição de uma receita manual ou informatizada, não invalida que as restantes possam ser dispensadas com comparticipação.</p> <p>Não são consideradas rasuras nas receitas manuais as situações que se encontrem rubricadas pelo prescriptor ou que não inviabilizem a dispensa</p> <p>Não são consideradas rasuras as situações em que as vinhetas se encontrem rubricadas.</p>				
15	Rasura	Diploma adicionado manualmente em receita informatizada.	D190	A receita é devolvida
16	Rasura	Indicação de Pensionista (letra R) adicionada manualmente em receita informatizada.	D191	A receita é devolvida
17	Rasura	Alteração manual da entidade, em receita informatizada.	D192	A receita é devolvida
18	Rasura	Alteração manual da prescrição de medicamentos em receita informatizada.	D193	A receita é devolvida

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
19	Rasura	Vinheta adicionada manualmente em receita informatizada, exceto nas receitas assinadas eletronicamente “Assinado eletronicamente por autenticação forte” em que é obrigatória a aposição da vinheta do local de prescrição se em alternativa não for assinada manualmente pelo prescriptor (até à entrada em funcionamento da dispensa eletrónica).	D194	A receita é devolvida
20	Rasura	Qualquer outra rasura manuscrita na receita informatizada (por exemplo, data de prescrição manuscrita ou data de prestação rasurada).	D195	A receita é devolvida
As seguintes situações em receitas manuais (D202 a D207), são consideradas rasuras				
21	Rasura	Rasura sobre a data de prescrição ou sobre a data de prestação sem rubrica, em receita manual.	D202	A receita é devolvida.
22	Rasura	Rasura sobre o nº de embalagens e/ou dimensão de Embalagens e/ou dosagem e/ou nome do medicamento, sem rubrica, em receita manual.	D204	A receita é devolvida
23	Rasura	Vinheta do prescriptor sobreposta, em receita manual.	D205	A receita é devolvida

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
24	Rasura	Receita manual prescrita a lápis.	D206	A receita é devolvida
25	Rasura	Prescrição manual de medicamentos com caligrafias diferentes.	D207	A receita é devolvida
26	Número de embalagens prescritas para tratamentos de Curta ou Média Duração e Tratamentos Prolongados	Uma receita médica não pode apresentar mais do que duas embalagens prescritas por medicamento constante das Tabelas 1 e 2 da Deliberação n.º 173/CD/2011, de 27 de outubro.	D089- D090	A receita não pode ser aceite.
27	Prescrição em receitas renováveis	Os medicamentos passíveis de prescrição através de Receita Renovável constam da Tabela 2 constante da Deliberação n.º 173/CD/2011, de 27 de outubro.	D095	A receita não pode ser aceite.
Os seguintes erros (C005,C006, C007, C008) serão atribuídos no âmbito de substituição de medicamentos.				

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
28	Substituição de medicamentos prescritos	<p>Os medicamentos dispensados têm de coincidir com os prescritos, em termos de DCI, Dosagem e Forma Farmacêutica, tendo em conta que:</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Se a prescrição for por CNPEM, apenas é possível o fornecimento de medicamentos com o mesmo CNPEM. A prestação de medicamentos de CNPEM diferente do prescrito apenas é possível se o medicamento prestado possuir a mesma DCI, Dosagem e Forma Farmacêutica que o CNPEM prescrito, sendo que nesta situação, deverá ser justificado pela farmácia a indisponibilidade de medicamentos do CNPEM prescrito. ○ Se a prescrição for por código de medicamento, de marca ou genérico, sem medicamento genérico similar participado, apenas é possível a prestação do medicamento prescrito. 	C005	O medicamento dispensado que não coincidir com o prescrito não é pago.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
		<ul style="list-style-type: none"> ○ Se a prescrição for por código de medicamento, de marca ou genérico, com medicamento genérico similar participado e sem justificação técnica atribuída, aplicam-se as regras de prescrição por CNPEM ○ Se a prescrição for por código de medicamento, e possuir justificação técnica a) ou b), apenas é possível a prestação do medicamento prescrito. 		
29	Substituição de medicamentos prescritos	Aquando de prescrição por DCI, e havendo GH, não são permitidas substituições por medicamentos com preço maior que o 5º Preço mais baixo sem que o utente exerça o direito de opção.	C006	A substituição do medicamento não é aceite, não sendo o medicamento prestado neste âmbito pago.
30	Substituição de medicamentos prescritos	Não é permitida a substituição de medicamentos quando a prescrição médica possui a justificação técnica c) “Continuidade de tratamento superior a 28 dias?” e o utente não tiver exercido o direito de opção.	C007	A substituição do medicamento não é aceite, não sendo o medicamento prestado neste âmbito pago.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
31	Substituição de medicamentos prescritos	Não é permitida a substituição por medicamento de PVP igual ou superior ao prescrito com a justificação técnica c) “Continuidade de tratamento superior a 28 dias?” mesmo quando o utente tenha exercido o direito de opção.	C008	A substituição do medicamento não é aceite, não sendo o medicamento prestado neste âmbito pago.
32	Substituição de medicamentos prescritos	Não são permitidas substituições de medicamentos quando a prescrição médica possui a justificação técnica a) “Medicamento com margem ou índice terapêutico estreito” ou b) “Reação adversa prévia”.	C009	A substituição do medicamento não é aceite, não sendo o medicamento prestado neste âmbito pago.
33	Substituição de embalagens de medicamentos	Caso se trate de uma prescrição por código de medicamento sem GH, o CCF do SRS-Madeira apenas aceitará substituição de embalagem prescrita, sendo que essa substituição será aceite se a embalagem for inferior ou imediatamente superior ao tamanho prescrito. Note-se que também não serão aceites desdobramentos que levem à prestação de tamanho superior ao prescrito.	C021	A substituição não é aceite e não é paga.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
34	Prazo de validade das receitas	<p>Nas receitas não renováveis a data de dispensa não pode ultrapassar os 30 dias contados a partir do dia seguinte ao da data de prescrição Nas receitas renováveis a data de dispensa não pode ultrapassar os 6 meses contados da data de prescrição.</p> <p>Adicionalmente, a dispensa não pode ser anterior à data de prescrição da receita (autenticação pelo médico prescriptor).</p> <p>No caso do medicamento prescrito se encontrar esgotado no momento da dispensa, o prazo de validade da receita não se aplica, desde que devidamente justificado pela farmácia</p>	D092 D145- D146 D156 D158	No caso da receita física a mesma é devolvida.
35	Valor de comparticipação dos medicamentos dispensados	O valor de comparticipação do SRS-Madeira pelos medicamentos vendidos apurado na receita resulta dos valores fixados para o Regime Geral e os Regimes Especiais de Comparticipação (de acordo com a situação do utente e da sua patologia – indicada por diploma) bem como de acordo com a fórmula de apuramento da comparticipação e preços em vigor à data de prestação.	C024	É apenas pago o valor de comparticipação apurado com base na fórmula de cálculo e tabela de preços do Infarmed em vigor à data da dispensa.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
36	Valor de comparticipação dos medicamentos dispensados	Para os pensionistas cujo rendimento total anual não exceda 14 vezes o salário mínimo nacional ou 14 vezes do valor do indexante de apoios sociais em vigor (identificados com a letra “R”) a participação do SRS-Madeira: nos medicamentos integrados no Escalão A é acrescida de 5%; nos medicamentos integrados nos escalões B, C e D é acrescida de 15%.	C024	É pago o montante da participação em vigor para os utentes pensionistas ao abrigo do regime especial.
37	Valor de comparticipação dos medicamentos dietéticos	Os produtos dietéticos referenciados nos termos da legislação em vigor são dispensados com a participação de 100% desde que sejam prescritos de acordo com o despacho n.º 15/2009 de 22 de maio da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais nos locais de prescrição designados por: Hospital – Serviço de Pediatria (Cod.LP 317230) e Hospital – Serviço de Medicina Interna (Cod. LP 317231).	C027	Os produtos dietéticos não são comparticipados.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
38	Assinaturas	<p>É necessária a apresentação das seguintes assinaturas (apenas para receitas materializadas):</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Médico Prescritor, no campo “Assinatura do Médico Prescritor”, exceto nas receitas assinadas eletronicamente “Assinado eletronicamente por autenticação forte” em que é obrigatória a aposição da vinheta do local de prescrição (até a entrada em funcionamento da dispensa eletrónica). ○ Utente, no verso da receita, a confirmar prestação efetuada ○ Farmacêutico, junto ao carimbo da Farmácia; ○ Diretor Técnico da Farmácia, no caso de apresentação de justificação técnica. 	D079- D082	A receita é devolvida para correção.
39	Receita	Apenas se aceitam no CCF do SRS-Madeira receitas que possuam pelo menos um medicamento participado pelo SRS-Madeira.	D147	As receitas são devolvidas.

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
Os seguintes erros (A001, A004 e G001) serão atribuídos no âmbito de erros administrativos.				
40	-	As receitas que foram devolvidas à Farmácia podem ser novamente submetidas a conferência no período limite de 60 dias (contados a partir da disponibilização dos resultados da 1ª conferência).	A001	A receita é anulada administrativamente, pelo que não é paga.
41	-	O documento já foi pago no âmbito de uma fatura anterior.	A004	A receita é anulada administrativamente, pelo que não é paga.
42	-	As receitas (nº receita/nº via) que são submetidas a um novo processo de conferência (após devolução para correção) não podem apresentar erros de conferência.	G001	Sempre que a receita apresente erros de devolução, não é paga ao prestador. Se apresentar erros de correção, é paga pelo valor conferido. Em ambos os casos, o documento não é devolvido ao prestador.
43	Diferenças no montante de comparticipação apurado	Os documentos para os quais se verifiquem erros exclusivamente de correção do valor (erros C) cujo total corrigido à receita seja superior a €0,50 serão devolvidos ao prestador.	D999	A receita é devolvida

#	ÂMBITO	REGRA DE CONFERÊNCIA	ERRO(S)	AÇÃO RESULTANTE DO INCUMPRIMENTO
44	Informação de Prescrição em receita médica manual	A receita médica manual terá de identificar a exceção para a sua prescrição de acordo com a legislação em vigor à data da sua prescrição.		A receita não é devolvida. Report de análise.

6. Retificações

6.1. Comunicação de Erros e Diferenças

Conforme explicitado no capítulo 5.1, no processo de conferência podem ser identificados erros ou diferenças. A cada regra de conferência não cumprida corresponde um código de erro/diferença⁶, que deve beneficiar da seguinte leitura:

1. Para cada incumprimento detetado, é atribuído um código alfanumérico, onde a letra identifica o tipo de ação desencadeada (D – Devolução, C – Correção, R – Rejeição, F – Aguarda documentação, A – Anulação Administrativa e G – Reentrada com Erros), seguida de três dígitos que correspondem ao número da incorreção que motivou esta ação;
2. Imediatamente à frente do código, encontra-se um breve descritivo da incorreção encontrada.

O processo de conferência da fatura e da respetiva documentação decorre até ao dia 25 do mês de recebimento de fatura no CCF do SRS-Madeira. A partir deste dia disponibilizam-se às Farmácias os erros e diferenças identificados, com referência à respetiva fatura e justificação. Caso o dia 25 ocorra ao fim de semana ou dia feriado, a disponibilização dos resultados tem como data limite o dia útil seguinte. Para este efeito dever-se-á ter em conta o feriado municipal do Funchal, que ocorre no dia 21 de agosto e com o feriado municipal da Maia, que ocorre na segunda-feira seguinte ao segundo domingo de julho.

Os documentos (receitas, etc.) que apresentem a possibilidade de correção serão devolvidos à Farmácia (erro do tipo D – Devolução) por correio, em conjunto com a respetiva lista de erros. Os erros e diferenças identificadas podem ser consultados no portal do CCF do SRS-Madeira na área reservada associada a cada farmácia.

No caso do erro tipo C – Correção – com correção superior a €0,50, conforme o ponto 4 alínea d) do artigo 8.º da Portaria n.º 223/2015 de 27 de julho adaptado à Região pela Portaria 411/2015 de 30 de dezembro, da Secretaria Regional da Saúde, será aplicado adicionalmente o erro D999, apenas com o propósito de garantir a sua devolução por correio, em conjunto com a respetiva lista de diferenças.

Após a correção dos erros identificados, a Farmácia poderá submeter novamente estes documentos a pagamento, através da sua integração na documentação de Faturação do(s)

⁶ No anexo 7.2. encontram-se listados exaustivamente todos os códigos de erro considerados.

mês(es) seguinte(s).

De acordo com o referido no capítulo 5, se após a conferência aos documentos que a Farmácia resubmeteu para pagamento persistirem irregularidades, o CCF do SRS-Madeira não irá efetuar uma segunda devolução dos mesmos ao prestador, procedendo ao pagamento do documento pelo valor corrigido dos erros detetados caso estes sejam do tipo C – Correção, ou anulando o seu valor na totalidade, caso existam erros para os quais seria necessário uma nova devolução.

Refira-se a este respeito que os documentos devolvidos à Farmácia para correção devem reentrar no CCF do SRS-Madeira até 60 dias a contar da data de comunicação dos respetivos erros. Findo este prazo os documentos são anulados administrativamente, ou seja, não são pagos e não são devolvidos.

Com base na informação das irregularidades detetadas, a Farmácia terá de remeter a respetiva nota de crédito ou de débito regularizadora dos erros e diferenças identificados pelo CCF do SRS-Madeira nos prazos indicados no capítulo 3.

No dia 26 de cada mês (ou dia útil seguinte, caso o dia 26 não seja um dia útil), todas as notas de débito/crédito que tenham sido rececionadas no CCF do SRS-Madeira até à data e que apresentem inconformidades serão devolvidas à Farmácia para que esta proceda a uma nova emissão corrigida da nota de débito/crédito.

Seguidamente, a Farmácia deverá voltar a reenviar as notas de débito/crédito corrigidas para o CCF do SRS-Madeira, para que sejam novamente validadas. O ciclo repete-se até que as notas de débito/crédito estejam em conformidade com o CIVA e com as regras estipuladas no capítulo 4.2.2.

6.2. Reclamações

O CCF do SRS-Madeira disponibiliza às Farmácias um conjunto de canais de comunicação que estas podem utilizar sempre que necessitem de efetuar reclamações que incidam sobre o resultado da conferência.

Os canais de comunicação existentes para este efeito são os seguintes:

1. **Portal do CCF do SRS-Madeira**, através do endereço eletrónico <http://ccf.iasaude.pt> ou <https://www.ccf.min-saude.pt>;
2. **E-mail**, para o endereço reclamacoes@ccf.min-saude.pt;
3. **Carta**, enviada para a morada do conforme o descrito no capítulo 3.

Adicionalmente, as reclamações poderão ser apresentadas por associações de farmácias, no âmbito de acordos em vigor, ou outras entidades que estas designem, através de meios a definir entre as partes.

Caso a reclamação seja efetuada por *e-mail* ou carta, a mesma terá de ser suportada pelo formulário de reclamação, devidamente preenchido, conforme especificado na secção seguinte. O envio por carta deve ser efetuado separadamente dos documentos enviados para conferência do mês seguinte e deve ser endereçado conforme o descrito no capítulo 3.

As reclamações sobre receitas devolvidas apenas são consideradas válidas para tratamento após o recebimento pelo CCF do SRS-Madeira dos respetivos originais. Assim, independentemente do canal usado para efetuar a reclamação, estas receitas devem ser sempre enviadas. Neste envio, as receitas devem ser loteadas pelo

“Documento a acompanhar devolução de documentos reclamados” que se encontra disponível na área pública de *Downloads* e Publicações do Portal CCF do SRS-Madeira.

Importa salientar que o prazo que a Farmácia dispõe para a apresentação de uma reclamação ao CCF do SRS-Madeira, devidamente fundamentada e com as receitas físicas originais devolvidas ao CCF do SRS-Madeira (se aplicável), é de 40 dias contados a partir do dia de disponibilização do resultado de conferência no Portal. Caso o prazo vença a um dia de fim de semana ou feriado, o término do prazo transita para o dia útil seguinte. Ver abaixo, no capítulo 6.2.2. os procedimentos a serem seguidos pelas Farmácias no seguimento da análise das reclamações e comunicação dos resultados.

6.2.1. Formulário de Reclamação

A reclamação para o CCF do SRS-Madeira terá de ser suportada no formulário criado especificamente para este efeito (exceto se a mesma for submetida pelo Portal) e que se apresenta seguidamente:

FORMULÁRIO PARA RECLAMAÇÕES

A - IDENTIFICAÇÃO

Entidade Reclamante: _____ Número de Páginas: _____ de _____
 Código da Entidade: _____

B - DETALHE DA RECLAMAÇÃO

Número da Fatura: _____ Data da Fatura: ____/____/____

#1
 Documento sobre o qual incide a reclamação:
 Fatura: ☐ NC / ND: ☐ N.º NC / ND: _____ Verbete de Lote: ☐ N.º do Verbetes: _____
 Comprovativo Prescrição / Prestação: ☐ N.º do Comprovativo: _____
 Códigos de erro ou diferenças atribuídas:
 1.1 1.2 1.3 1.4 1.5 1.6
 Descrição da Reclamação: _____

#2
 Documento sobre o qual incide a reclamação:
 Fatura: ☐ NC / ND: ☐ N.º NC / ND: _____ Verbete de Lote: ☐ N.º do Verbetes: _____
 Comprovativo Prescrição / Prestação: ☐ N.º do Comprovativo: _____
 Códigos de erro ou diferenças atribuídas:
 2.1 2.2 2.3 2.4 2.5 2.6
 Descrição da Reclamação: _____

#3
 Documento sobre o qual incide a reclamação:
 Fatura: ☐ NC / ND: ☐ N.º NC / ND: _____ Verbete de Lote: ☐ N.º do Verbetes: _____
 Comprovativo Prescrição / Prestação: ☐ N.º do Comprovativo: _____
 Códigos de erro ou diferenças atribuídas:
 3.1 3.2 3.3 3.4 3.5 3.6
 Descrição da Reclamação: _____

#4
 Documento sobre o qual incide a reclamação:
 Fatura: ☐ NC / ND: ☐ N.º NC / ND: _____ Verbete de Lote: ☐ N.º do Verbetes: _____
 Comprovativo Prescrição / Prestação: ☐ N.º do Comprovativo: _____
 Códigos de erro ou diferenças atribuídas:
 4.1 4.2 4.3 4.4 4.5 4.6
 Descrição da Reclamação: _____

#5
 Documento sobre o qual incide a reclamação:
 Fatura: ☐ NC / ND: ☐ N.º NC / ND: _____ Verbete de Lote: ☐ N.º do Verbetes: _____
 Comprovativo Prescrição / Prestação: ☐ N.º do Comprovativo: _____
 Códigos de erro ou diferenças atribuídas:
 5.1 5.2 5.3 5.4 5.5 5.6
 Descrição da Reclamação: _____

C - IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECLAMANTE

Nome do Reclamante: _____ Contacto Telefónico: _____
 Cargo do Reclamante: _____
 Data: ____/____/____ Assinatura: _____

O formulário poderá ser obtido através do portal (mediante download e impressão).

No preenchimento do formulário (de forma eletrónica ou manuscrita) devem ser observadas as seguintes regras de preenchimento:

FORMULÁRIO PARA RECLAMAÇÕES

A - IDENTIFICAÇÃO

Entidade Reclamante:	Farmácia da RAM
Código da Entidade:	12345

A. Os dados de identificação da Farmácia devem estar presentes nesta área.

B - DETALHE DA RECLAMAÇÃO

Número da Factura:	A-097	Data da Factura:	28 / 2 / 2010
#1			
Documento sobre o qual incide a reclamação:			
Factura:	<input type="checkbox"/>	NC / ND:	<input type="checkbox"/>
N.º NC / ND:		Verbetes de Lote:	<input type="checkbox"/>
Comprovativo Prescrição / Prestação:		<input checked="" type="checkbox"/>	N.º do Comprovativo:
			12345678
Códigos de erro ou diferenças atribuídas:			
1.1	C	0	0
1.2			
1.3			
1.4			
1.5			
1.6			
Descrição da Reclamação:			
O CCF não considerou...			

B. A reclamação sobre cada documento deve ser colocada em cada uma das cinco áreas disponíveis. Neste exemplo, a Farmácia efetuou uma reclamação sobre dois erros identificados pelo CCF numa receita.

C - IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECLAMANTE

Nome do Reclamante:	José Fernandes	Contacto Telefónico:	933333333
Cargo do Reclamante:	Director Técnico		
Data:	12 / 4 / 2010	Assinatura:	José Fernandes

C. A identificação e contacto telefónico do funcionário que efectuou a reclamação têm de estar presentes nesta área. A assinatura e data apenas são obrigatórias se o formulário for enviado por carta.

Dados fictícios - apenas para efeitos de demonstração

Importa reforçar que o CCF do SRS-Madeira não aceitará as reclamações que não cumpram os requisitos especificados, designadamente:

- Reclamações enviadas por outros canais de comunicação, que não o *e-mail*, portal ou correio, conforme explicado anteriormente;
- Reclamações que não se encontrem devidamente suportadas por um formulário de reclamação ou que recorram a modelos diferentes daquele que se encontra aprovado para este efeito;
- Reclamações suportadas por formulários incompletos ou incorretamente preenchidos;
- Reclamações enviadas fora do prazo de 40 dias a contar da data de disponibilização do respetivo resultado de conferência pelo CCF do SRS-Madeira;

- Reclamações sobre receitas devolvidas e que não tenham dado entrada no CCF do SRS-Madeira de acordo com o procedimento atrás referido, nomeadamente devidamente loteadas com o “Documento a acompanhar devolução de documentos reclamados”;
- Reclamações que apresentem documentos anexos que não os previstos;
- Reclamações enviadas sobre faturas para as quais as farmácias não tenham emitido as respetivas ND/NC.

6.2.2. Análise da Reclamação

Uma vez recebida a reclamação, o CCF do SRS-Madeira procede à análise de cada erro e diferença contestado, de forma a avaliar o seu fundamento.

Na sequência deste processo de análise, cada erro ou diferença contestado é classificado como deferido ou indeferido, de acordo com as regras em vigor para a Faturação de medicamentos (explicitadas nos capítulos 5. e 6.).

Uma vez concluído o processo de análise, o CCF do SRS-Madeira envia por correio os resultados da análise às reclamações, podendo ser consultados no portal do CCF do SRS-Madeira na área reservada associada a cada farmácia.

As Farmácias deverão realizar os procedimentos que se descrevem de seguida, consoante a reclamação tenha sido alvo de deferimento ou indeferimento.

Caso a reclamação seja deferida, o valor processado em sede de reclamação será depois acertado pelo IASAÚDE ao prestador. Note-se que em termos de acerto, o valor da receita será pago, na totalidade, caso não existam novos erros e/ou não tenha sido pago qualquer valor anteriormente, ou em parte ou nada, se forem identificados novos erros ou já tenha sido pago anteriormente.

Caso a reclamação seja indeferida, a Farmácia tem ainda a hipótese de corrigir o documento em conformidade com as normas de preenchimento e conferência em vigor e reenviá-lo para o CCF do SRS-Madeira, incluindo-o na fatura do mês seguinte. Note-se que esta hipótese apenas se aplica a documentos devolvidos pelo CCF do SRS-Madeira ao Prestador.

No que respeita à análise das reclamações, a responsabilidade do CCF do SRS-Madeira restringe-se a:

- Apoiar na análise de questões que incidam sobre o resultado da conferência de uma determinada fatura para a qual tenham sido identificados erros ou diferenças na documentação enviada com os quais o prestador discorda;
- Regularizar os resultados apurados em caso de deferimento da reclamação submetida pela Farmácia;
- Apoiar em questões de natureza técnica (por exemplo, prazos e processo de submissão da reclamação).

Ficam expressamente excluídas do âmbito de análise das reclamações a interpretação e aplicação de normas jurídicas, nomeadamente daquelas que incidam sobre as regras de conferência. Esta responsabilidade encontra-se alocada ao IASAÚDE.

7. Anexos

7.1. Termo de Adesão ao Portal do Centro de Conferência de Faturas

Apresenta-se seguidamente o termo de adesão ao portal do Centro de Conferência de Faturas disponibilizado pelo CCF do SRS-Madeira à Farmácia na sua área reservada:

1. Para efeitos do procedimento de pagamento da comparticipação do SRS-Madeira, a Farmácia aceita que a confirmação da receção dos documentos necessários à validação das Faturas mensais seja efetuada pela Farmácia, através da consulta/acesso à cópia em formato pdf da fatura mensal recebida que será disponibilizada na sua área reservada, no Portal <http://ccf.iasaude.pt> ou <https://www.ccf.min-saude.pt> mediante a utilização do *login* de acesso da Farmácia.
2. A Farmácia aceita igualmente que a consulta dos resultados do processo de conferência, ou seja, a identificação dos erros e diferenças que dele resultem, seja feita através do portal, conforme atrás descrito. Não obstante, ser-lhe-ão enviados os documentos identificados para devolução.
3. A Farmácia reconhece que todas as reclamações a realizar respeitantes aos resultados da conferência da sua fatura apenas serão analisadas se efetuadas através da submissão do formulário disponível no portal.
4. A Farmácia declara que prescinde das informações prévias a que se refere o art.º 28.º do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 7 de janeiro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 62/2009 de 10 de março e pela Lei 46/2012 de 29 de agosto, bem como do aviso de receção, nos termos do n.º 1 do art.º 29.º do mesmo diploma.

7.2. Lista de Erros e Diferenças

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
A001	O prazo de 60 dias, contados a partir da data de comunicação dos erros e diferenças, que o prestador dispunha para reenviar o documento para o CCF foi excedido.
A004	O documento já foi pago no âmbito de uma fatura anterior.
C001	O valor total da fatura não reflete o somatório dos valores de cada uma das receitas a que respeita.
C005	O medicamento dispensado pela Farmácia não coincide com aquele que foi prescrito.
C006	O medicamento dispensado possui preço acima do 5º preço mais baixo e não foi exercido o direito de opção por parte do utente.
C007	Tendo sido aposta a justificação técnica c), não foi exercido o direito de opção aquando da dispensa de medicamento diferente do prescrito.
C008	Foi dispensado medicamento com preço igual ou superior ao PVP do medicamento prescrito com a justificação técnica c) e tendo sido exercido o direito de opção.
C009	O medicamento dispensado não coincide com aquele que foi prescrito tendo sido aposta a justificação técnica a) ou b).
C015	O diploma mencionado na receita não confere um regime de comparticipação especial ao medicamento.
C016	A especialidade do médico prescriptor não se encontra indicada ou não é correta.
C018	A receita apresenta medicamentos que não são manipulados, produtos dietéticos ou produtos de autocontrolo da diabetes, que não fazem parte dos produtos comparticipados.
C019	O número identificativo do medicamento dispensado e/ou o respetivo código de barras não se encontra válido.
C021	A embalagem de medicamentos dispensada ao utente ultrapassa a quantidade prescrita, e a embalagem dispensada não corresponde à embalagem imediatamente superior à prescrita.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
C024	O montante de comparticipação do SRS-Madeira para o medicamento não está correto de acordo com o regime de comparticipação aplicável.
C027	O local de prescrição do(s) produto(s) dietético(s) não lhe confere a comparticipação de 100%.
D001	A Farmácia emitiu mais do que uma fatura por processo enviado. A este respeito entenda-se processo como a documentação respeitante a um mês.
D002	O número da fatura encontra-se repetido face a outra fatura enviada pela entidade desde o início do ano.
D003	O nome da Farmácia não se encontra presente na fatura ou está incorreto.
D004	O código da Farmácia, atribuído pelo Infarmed, não se encontra presente na Fatura ou este não é válido ou encontra-se suspenso.
D005	A morada (incluindo código postal) da Farmácia não está presente na fatura ou está incorreta.
D006	O número de identificação fiscal da Farmácia não está presente na fatura ou está incorreto.
D007	O número da fatura não está presente na mesma.
D008	A data da fatura não se encontra presente na mesma ou não respeita ao último dia do mês em que os serviços foram prestados.
D009	A identificação do IASAÚDE não está presente na fatura ou está incorreta.
D010	A morada (incluindo código postal) do IASAÚDE não se encontra presente na fatura ou está incorreta.
D011	O número de identificação fiscal do IASAÚDE não se encontra presente na fatura ou está incorreto.
D014	A informação presente na fatura não se encontra devidamente ordenada conforme as normas exigidas.
D024	O número total de lotes enviados não se encontra presente na fatura.
D025	O número total de lotes enviados, discriminados por tipo, não se encontra presente na fatura.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
D026	A importância total do PVP por tipo de lote não se encontra presente na Fatura.
D027	O valor total pago pelos utentes por tipo de lote não se encontra presente na fatura.
D028	O valor total a faturar ao SRS-Madeira por tipo de lote não se encontra presente na fatura.
D029	A importância total do PVP não se encontra presente na fatura.
D030	A importância total paga pelos utentes não se encontra presente na fatura.
D031	A importância total a faturar ao SRS-Madeira não se encontra presente na fatura.
D032	O nome da Farmácia não está presente na nota de débito/crédito ou está incorreto.
D033	A morada (incluindo o código postal) da Farmácia não está presente na nota de débito/crédito ou está incorreta.
D034	O número de identificação fiscal da Farmácia não está presente na nota de débito/crédito ou está incorreto.
D035	O código da Farmácia, atribuído pelo Infarmed, não se encontra presente na nota de débito/crédito ou este não é válido.
D036	O número da nota de débito/crédito não está presente na mesma.
D037	A data na nota de débito/crédito não se encontra presente na mesma.
D038	A identificação do IASAÚDE não está presente na nota de débito/crédito ou está incorreta.
D039	A morada (incluindo o código postal) do IASAÚDE não se encontra presente na nota de débito/crédito ou está incorreta.
D040	O número de identificação fiscal do IASAÚDE não se encontra presente na nota de débito/crédito ou está incorreto.
D041	O número, data da fatura ou a área de convenção a que a nota de débito/crédito respeita não se encontra presente ou está incorreto.
D042	O montante a regularizar, por fatura e no total da nota de débito/crédito, não está presente.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
D045	A fatura a que a nota de débito/crédito respeita não se encontra conferida.
D046	O montante debitado no documento não se refere a valores não conferidos apurados pelo CCF do SRS-Madeira.
D047	O número da nota de débito/crédito encontra-se repetido face a outra enviada pela entidade desde o início do ano.
D048	A Nota de Débito ou de Crédito apenas se pode referir a uma Fatura que tenha sido previamente enviada para o CCF do SRS-Madeira.
D049	As receitas não se encontram organizadas em lotes devidamente identificados através de um verbete de identificação de lote.
D050	A receita não se encontra no lote correto.
D051	A receita não apresenta o modelo em papel ou informatizado de acordo com a legislação em vigor.
D052	A receita apresenta informação de preenchimento obrigatório que não se encontra visível e legível.
D053	A receita não apresenta uma vinheta válida identificativa do local de prescrição.
D054	A receita não apresenta a vinheta identificativa do médico prescriptor ou o código não se encontra visível ou não é válido.
D061	O nome e/ou o número de beneficiário não se encontram preenchidos na receita.
D069	O número de utente (caso exista) não se encontra válido.
D077	A receita excede o número máximo permitido por lote (30).
D078	A receita não apresenta o comprovativo de dispensa dos medicamentos no verso da receita.
D079	A receita não possui a assinatura do médico prescriptor no campo “Médico Prescriptor”, exceto nas receitas assinadas eletronicamente “Assinado eletronicamente por autenticação forte” em que é obrigatória a aposição da vinheta do local de prescrição (até a entrada em funcionamento da dispensa eletrónica).
D080	A receita não possui a assinatura da utente confirmativa da dispensa dos medicamentos e/ou a relativa à substituição por medicamento genérico (se aplicável).

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
D081	A receita não possui a assinatura do farmacêutico.
D082	A receita não possui a assinatura do Diretor Técnico da Farmácia.
D083	A entidade responsável não se encontra preenchida ou não está válida.
D086	A receita não apresenta a quantidade de embalagens prescritas do medicamento (numérico e por extenso).
D087	A receita contém mais do que quatro medicamentos diferentes prescritos.
D088	A receita contém mais do que quatro embalagens prescritas.
D089	A receita apresenta mais do que duas embalagens de cada medicamento, constante da tabela 1, Deliberação n.º 173/CD/2011, de 27 de outubro.
D090	A receita apresenta mais do que duas embalagens de cada medicamento, constantes da tabela 2, Deliberação n.º 173/CD/2011, de 27 de outubro.
D092	A receita não apresenta data de prescrição.
D095	Os medicamentos prescritos na Receita Renovável não se encontram na lista publicada na Deliberação n.º 173/CD/2011, de 27 de outubro.
D096	A receita não apresenta o nome, número e/ou data do BI/cartão de cidadão ou carta de condução do adquirente.
D097	A receita possui medicamento(s) que não apenas psicotrópicos ou estupefacientes.
D145	A receita não apresenta data de dispensa dos medicamentos ou de prestação de serviços.
D146	A data de dispensa dos medicamentos ou de prestação dos serviços encontra-se fora do prazo de validade e não foi indicada a respetiva justificação.
D147	A receita não apresenta medicamentos comparticipados.
D156	A data de prestação é inferior à data da autenticação do médico prescriptor.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
D158	A(s) data(s) do(s) serviço(s) prestado(s) é(são) posterior(es) à data da fatura.
D159	A receita apresenta a prestação suportada sob duas formas (impressão informática e colagem de etiquetas).
D160	A fatura apresenta uma taxa de IVA diferente da taxa de IVA em vigor.
D163	A Fatura não cumpre os requisitos legais, nomeadamente os previstos no CIVA ou outros específicos previstos no manual de relacionamento.
D164	Erro de Somatório.
D165	A nota de débito/crédito apresenta uma taxa de IVA diferente da taxa de IVA em vigor.
D166	A nota de débito/crédito não cumpre os requisitos legais, nomeadamente os previstos no CIVA ou outros específicos previstos no manual de relacionamento.
D169	A prestação não se encontra produzida informaticamente de acordo com o definido na lei.
D173	Na data em que os serviços foram prestados o prestador não estava autorizado à <u>prestação de medicamentos</u> .
D174	Já foi aviada uma receita com o mesmo número.
D175	Não são aceites receitas renováveis pré-impressas e receitas amarelas prescritas a partir de 1 de julho de 2015.
D177	A nota de débito/crédito (original e duplicado) não foi enviada ou não se encontra legível.
D178	A Nota de Débito ou de Crédito não apresenta o valor que permita corrigir os erros apurados.
D190	Despacho adicionado manualmente em receita informatizada.
D191	Indicação de Pensionista (letra R) adicionada manualmente em receita informatizada.
D192	Alteração manual da entidade, em receita informatizada.
D193	Alteração manual da prescrição de medicamentos, em receita informatizada.

CÓDIGO	DESCRIÇÃO
D194	Vinheta adicionada manualmente em receita informatizada exceto nas receitas assinadas eletronicamente “Assinado eletronicamente por autenticação forte” em que é obrigatória a aposição da vinheta do local de prescrição (até a entrada em funcionamento da dispensa eletrónica).
D195	Qualquer outra rasura manuscrita na receita informatizada, exceto rubrica nas vinhetas.
D202	Rasura sobre a data de prescrição ou sobre a data de prestação sem rubrica, em receita manual.
D204	Rasura sobre o nº de embalagens e/ou dimensão de embalagens e/ou dosagem e/ou nome do medicamento, sem rubrica, em receita manual.
D205	Vinheta do prescriptor sobreposta, em receita manual.
D206	Receita manual prescrita a lápis.
D207	Prescrição manual de medicamentos com caligrafias diferentes.
D901	Documento enviado no âmbito do processo de reclamação não identificado como documento anteriormente conferido pelo CCF do SRS-Madeira.
D999	A receita com acerto é devolvida devido a erro de valor superior a € 0,50.
F001	A fatura (original e duplicado) não foi enviada ou não se encontra legível.
F003	A relação resumo de lotes não foi enviada.
G001	O documento reentrou no CCF do SRS-Madeira para conferência apresentando erros.
R007	A conferência da receita foi suspensa devido à retenção da mesma pelo IASAÚDE.
R161	A receita enviada é uma fotocópia do modelo original.

7.3. Especificações Técnicas do Código de Barras Bidimensional

7.3.1. Fatura

A especificação técnica do código de barras bidimensional a apresentar na fatura é a que segue:

Nº do Campo	Descrição do Campo	Número de Caracteres	Posição Inicial
1	Versão	3	1
2	Código Farmácia	6	4
3	Código da Entidade	3	10
4	Série da Fatura	1	13
5	Número da Fatura	4	14
6	Data da Fatura (YYYYMMDD)	8	18
7	Ano da Fatura (YYYY)	4	26
8	Mês da Fatura (MM)	2	30
9	Total Lotes	6	32
10	Total Receitas	6	38
11	Total Embalagens	6	44
12	Total PVP	10	50
13	Total Linhas Detalhe Iva	1	60
14	Taxa IVA	3	61
15	Total Comparticipação	10	64
16	Total Utente	10	74
17	Total Entidade	10	84
18	Total Protocolo	10	94
19	Total Linhas Detalhe Planos	2	104
20	Tipo de lote	3	106
21	Lotes	6	109
22	Receitas	6	115
23	Embalagens	6	121
24	PVP	10	127
25	Utentes	10	137

Nº do Campo	Descrição do Campo	Número de Caracteres	Posição Inicial
26	Comparticipação	10	147
27	Tipo de Lote	3	157
28	Lotes	6	160
29	Receitas	6	166
30	Embalagens	6	172
31	PVP	10	178
32	Utentes	10	188
33	Comparticipação	10	198
34	Tipo de Lote	3	208
35	Lotes	6	211
36	Receitas	6	217
37	Embalagens	6	223
38	PVP	10	229
39	Utentes	10	239
40	Comparticipação	10	249
41	Tipo de Lote	3	259
42	Lotes	6	262
43	Receitas	6	268
44	Embalagens	6	274
45	PVP	10	280
46	Utentes	10	290
47	Comparticipação	10	300
48	Tipo de Lote	3	310
49	Lotes	6	313
50	Receitas	6	319
51	Embalagens	6	325
52	PVP	10	331
53	Utentes	10	341
54	Comparticipação	10	351
55	Tipo de Lote	3	361
56	Lotes	6	364
57	Receitas	6	370
58	Embalagens	6	376

Nº do Campo	Descrição do Campo	Número de Caracteres	Posição Inicial
59	PVP	10	382
60	Utentes	10	392
61	Comparticipação	10	402
62	Tipo de Lote	3	412
63	Lotes	6	415
64	Receitas	6	421
65	Embalagens	6	427
66	PVP	10	433
67	Utentes	10	443
68	Comparticipação	10	453
69	Tipo de Lote	3	463
70	Lotes	6	466
71	Receitas	6	472
72	Embalagens	6	478
73	PVP	10	484
74	Utentes	10	494
75	Comparticipação	10	504
76	Tipo de Lote	3	514
77	Lotes	6	517
78	Receitas	6	523
79	Embalagens	6	529
80	PVP	10	535
81	Utentes	10	545
82	Comparticipação	10	555
83	Tipo de Lote	3	565
84	Lotes	6	568
85	Receitas	6	574
86	Embalagens	6	580
87	PVP	10	586
88	Utentes	10	596
89	Comparticipação	10	606
90	Tipo de Lote	3	616

Nº do Campo	Descrição do Campo	Número de Caracteres	Posição Inicial
91	Lotes	6	619
92	Receitas	6	625
93	Embalagens	6	631
94	PVP	10	637
95	Utentes	10	647
96	Comparticipação	10	657
97	Tipo de Lote	3	667
98	Lotes	6	670
99	Receitas	6	676
100	Embalagens	6	682
101	PVP	10	688
102	Utentes	10	698
103	Comparticipação	10	708
104	Hash	4	718
105	Número programa certificado	4	722
106	...		
107	Total Protocolo	10	

7.3.2. Nota de Crédito/Débito

Descrição do Campo	Número de Caracteres	Posição Inicial
Versão Data Matrix	3	1
Código Farmácia	6	4
Tipo Documento	1	10
Código da Entidade	3	11
Série Documento	1	14
Número Documento	4	15
Data Documento (YYYYMMDD)	8	19
Total PVP	10	27
Total Linhas Detalhe IVA	1	37

Descrição do Campo	Número de Caracteres	Posição Inicial
Taxas Ivas	3	38
Total IVA	10	41
Total Linhas	1	51
Série Fatura	1	52
Número Fatura	4	53
Data Fatura (YYYYMMDD)	8	57
Total	10	65
Linhas IVA	1	75
IVA	3	76
Total IVA	10	79
Hash	4	89
Número programa certificado	4	93

7.3.3. Verbetes de Identificação de Lote

A especificação técnica do código de barras bidimensional a apresentar no Verbetes de Identificação do Lote é a que segue:

Descrição do Campo	Número de Caracteres	Posição Inicial
Dados - Gerais		
Versão Data Matrix	3	1
Código da Farmácia	6	4
Ano de Faturação	4	10
Mês de Faturação	2	14
Plano de Participação	3	16
Tipo de Lote	3	19
Número de Lote	4	22
Número de Receitas	3	26
Número de Etiquetas	3	29

Descrição do Campo		Número de Caracteres	Posição Inicial
Total PVP		10	32
Total Utente		10	42
Total Comparticipado		10	52
Dados - Prestação			
	Número de Ordem #01	4	62
	Número da Receita	13	66
	Etiquetas	2	79
	PVP	6	81
	Utente	6	87
	Comparticipado	6	93
	Número de Ordem #02	4	99
	Número da Receita	13	103
	Etiquetas	2	116
	PVP	6	118
	Utente	6	124
	Comparticipado	6	130
	Número de Ordem #03	4	136
	Número da Receita	13	140
	Etiquetas	2	153
	PVP	6	155
	Utente	6	161
	Comparticipado	6	167
	Número de Ordem #04	4	173
	Número da Receita	13	177
	Etiquetas	2	190
	PVP	6	192
	Utente	6	198
	Comparticipado	6	204
	Número de Ordem #05	4	210
	Número da Receita	13	214
	Etiquetas	2	227
	PVP	6	229
	Utente	6	235

Descrição do Campo		Número de Caracteres	Posição Inicial
	Comparticipado	6	241
	Número de Ordem #06	4	247
	Número da Receita	13	251
	Etiquetas	2	264
	PVP	6	266
	Utente	6	272
	Comparticipado	6	278
	Número de Ordem #07	4	284
	Número da Receita	13	288
	Etiquetas	2	301
	PVP	6	303
	Utente	6	309
	Comparticipado	6	315
	Número de Ordem #08	4	321
	Número da Receita	13	325
	Etiquetas	2	338
	PVP	6	340
	Utente	6	346
	Comparticipado	6	352
	Número de Ordem #09	4	358
	Número da Receita	13	362
	Etiquetas	2	375
	PVP	6	377
	Utente	6	383
	Comparticipado	6	389
	Número de Ordem #10	4	395
	Número da Receita	13	399
	Etiquetas	2	412
	PVP	6	414
	Utente	6	420
	Comparticipado	6	426
	Número de Ordem #11	4	432
	Número da Receita	13	436

Descrição do Campo		Número de Caracteres	Posição Inicial
	Etiquetas	2	449
	PVP	6	451
	Utente	6	457
	Comparticipado	6	463
	Número de Ordem #12	4	469
	Número da Receita	13	473
	Etiquetas	2	486
	PVP	6	488
	Utente	6	494
	Comparticipado	6	500
	Número de Ordem #13	4	506
	Número da Receita	13	510
	Etiquetas	2	523
	PVP	6	525
	Utente	6	531
	Comparticipado	6	537
	Número de Ordem #14	4	543
	Número da Receita	13	547
	Etiquetas	2	560
	PVP	6	562
	Utente	6	568
	Comparticipado	6	574
	Número de Ordem #15	4	580
	Número da Receita	13	584
	Etiquetas	2	597
	PVP	6	599
	Utente	6	605
	Comparticipado	6	611
	Número de Ordem #16	4	617
	Número da Receita	13	621
	Etiquetas	2	634
	PVP	6	636
	Utente	6	642

Descrição do Campo		Número de Caracteres	Posição Inicial
	Comparticipado	6	648
	Número de Ordem #17	4	654
	Número da Receita	13	658
	Etiquetas	2	671
	PVP	6	673
	Utente	6	679
	Comparticipado	6	685
	Número de Ordem #18	4	691
	Número da Receita	13	695
	Etiquetas	2	708
	PVP	6	710
	Utente	6	716
	Comparticipado	6	722
	Número de Ordem #19	4	728
	Número da Receita	13	732
	Etiquetas	2	745
	PVP	6	747
	Utente	6	753
	Comparticipado	6	759
	Número de Ordem #20	4	765
	Número da Receita	13	769
	Etiquetas	2	782
	PVP	6	784
	Utente	6	790
	Comparticipado	6	796
	Número de Ordem #21	4	802
	Número da Receita	13	806
	Etiquetas	2	819
	PVP	6	821
	Utente	6	827
	Comparticipado	6	833
	Número de Ordem #22	4	839
	Número da Receita	13	843

Descrição do Campo		Número de Caracteres	Posição Inicial
	Etiquetas	2	856
	PVP	6	858
	Utente	6	864
	Comparticipado	6	870
	Número de Ordem #23	4	876
	Número da Receita	13	880
	Etiquetas	2	893
	PVP	6	895
	Utente	6	901
	Comparticipado	6	907
	Número de Ordem #24	4	913
	Número da Receita	13	917
	Etiquetas	2	930
	PVP	6	932
	Utente	6	938
	Comparticipado	6	944
	Número de Ordem #25	4	950
	Número da Receita	13	954
	Etiquetas	2	967
	PVP	6	969
	Utente	6	975
	Comparticipado	6	981
	Número de Ordem #26	4	987
	Número da Receita	13	991
	Etiquetas	2	1004
	PVP	6	1006
	Utente	6	1012
	Comparticipado	6	1018
	Número de Ordem #27	4	1024
	Número da Receita	13	1028
	Etiquetas	2	1041
	PVP	6	1043
	Utente	6	1049

Descrição do Campo		Número de Caracteres	Posição Inicial
	Comparticipado	6	1055
	Número de Ordem #28	4	1061
	Número da Receita	13	1065
	Etiquetas	2	1078
	PVP	6	1080
	Utente	6	1086
	Comparticipado	6	1092
	Número de Ordem #29	4	1098
	Número da Receita	13	1102
	Etiquetas	2	1115
	PVP	6	1117
	Utente	6	1123
	Comparticipado	6	1129
	Número de Ordem #30	4	1135
	Número da Receita	13	1139
	Etiquetas	2	1152
	PVP	6	1154
	Utente	6	1160
	Comparticipado	6	1166

7.3.4. Dispensa de Medicamentos

A especificação técnica do código de barras bidimensional a apresentar como comprovativo da dispensa de medicamentos (no verso da receita) é a que segue:

Descrição do Campo	Número de Caracteres	Posição Inicial
Dados - Gerais		
Versão Data Matrix	3	1
Código da Farmácia	6	4
Código de Entidade	3	10
Data de Prestação (YYYYMMDD)	8	13

Descrição do Campo		Número de Caracteres	Posição Inicial
Operador		10	21
Série		3	31
Número de Lote		4	34
Número de Sequência de Lote		3	38
Número de Venda		7	41
Número da Receita		20	48
Campo 2 (de utilização futura)		12	68
Campo 3 (de utilização futura)		12	80
Campo 4 (de utilização futura)		20	92
Dados – Prestação			
Código do Medicamento # 01		7	112
	Despacho	3	119
	PVP	6	122
	Pref	6	128
	Comp	6	134
	Utente	6	140
	Direito de Opção	1	146
Medicamento # 02		7	147
	Despacho	3	154
	PVP	6	157
	Pref	6	163
	Comp	6	169
	Utente	6	175
	Direito de Opção	1	181
Medicamento # 03		7	182
	Despacho	3	189
	PVP	6	192
	Pref	6	198
	Comp	6	204
	Utente	6	210
	Direito de Opção	1	216

Descrição do Campo		Número de Caracteres	Posição Inicial
Medicamento # 04		7	217
	Despacho	3	224
	PVP	6	227
	Pref	6	233
	Comp	6	239
	Utente	6	245
	Direito de Opção	1	251
Total EUR - Utente		6	252

7.4. Identificação do IASAÚDE

Aqui é apresentado o dado a ser utilizado no âmbito da faturação:

- Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, IP-RAM**
 Rua das Pretas, n.º 1, 9004-515 Funchal
 NIPC: 511284349